

VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

"A Península Ibérica - um espaço em mutação"



18 de Setembro de 1992

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Texto de apoio às saídas de estudo
Norte de Portugal

VI COLÓQUIO IBÉRICO DE GEOGRAFIA

Porto, 14 a 17 de Setembro de 1992

DOIS EXEMPLOS DE CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO NOROESTE: VALES DO AVE E LIMA

- Livro Guia da Visita de Estudo -

Instituto de Geografia da Faculdade de Letras
Universidade do Porto

DOIS EXEMPLOS DE CONFIGURAÇÕES ESPACIAIS NO NOROESTE: VALES DO AVE E LIMA

Helder Marques
Mário G. Fernandes
Teresa Sá Marques
Instituto de Geografia da FLUP

Miguel Sopas Bandeira
Universidade do Minho

I. Nota Introdutória

Embora esta saída de campo, integrada no VIº Colóquio Ibérico de Geografia, se centre sobretudo numa tentativa de aproximação ao conhecimento das dinâmicas espaciais dos vales do Ave e Lima, pensamos que valerá a pena, nesta nota introdutória, uma referência sumária ao conjunto territorial, mais vasto, em que se inscrevem: O Noroeste de Portugal. Entendê-lo, passa não só pela compreensão da sua estrutura demográfica e da base económica, em particular no que toca à especificidade do modelo de industrialização e urbanização difusa - que explicam, em parte, a configuração de uma rede urbana "sui-generis" —, da capacidade de retenção do potencial demográfico, mas também, pelo salientar da importância regional da Área Metropolitana do Porto enquanto catalizadora e dinamizadora das alterações espaciais a que se tem assistido. Importa reter, igualmente, alguns aspectos recentes de alguma relevância, a exemplo do impacto local do investimento estrangeiro nos concelhos de fronteira ou das transformações que se estão a operar nas áreas rurais de maior ou menor excentricidade em relação aos principais eixos polarizadores do crescimento económico.

O texto de apoio à viagem abordará de forma mais pormenorizada o modelo de industrialização rural difusa do Vale do Ave, a dinâmica urbanística de Braga, seguindo as principais linhas diacrónicas definidoras da actual morfologia urbana de uma cidade

que pela sua centralidade e capacidade de retenção de serviços é, a seguir à AMP, a mais importante da rede urbana do NW. Em contraponto com os casos anteriores, será igualmente tratada Viana do Castelo (tal como Braga, capital de distrito), focalizando as sucessivas fases de organização do seu espaço urbano, em íntima relação quer com o comércio marítimo quer com o papel de comutador que sempre desempenhou em relação e estreita sintonia com o seu vasto "hinterland" rural, que se estende por todo o vale do Lima, ao que acresce, o que actualmente pode ser encarado como vantagem locativa resultante da sua posição de fronteira, a capacidade recente de captar investimento estrangeiro, nomeadamente na indústria e no turismo.

1. O Noroeste de Portugal, grosso-modo definido pelos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto e Aveiro representa uma parte significativa da área do Continente, nele residindo 35% da população (1991). Detém 53% do emprego industrial, o que corresponde a 42% do VAB (1988), e denota uma capacidade de auto-sustentação populacional superior à média do Continente (entre 1960 e 1991 aumentou 25.9%, enquanto que o Continente apenas registou um crescimento de 12.9%). Esta variação foi bastante heterogénea, desenhando-se uma mancha contínua de maior concentração, que contempla a coroa metropolitana e que se prolonga para Norte, sobretudo na direcção do Vale do Ave (Santo Tirso, Vila Nova de Famalicão e Guimarães), Braga e Barcelos-Viana do Castelo. Com menor importância, esta mancha também se expande para leste em direcção a Penafiel, e para Sul em direcção a Aveiro (com especial importância para o concelho da Feira).

Os ramos industriais predominantes, são os normalmente designados de tradicionais: têxtil-vestuário, calçado, mobiliário, com uma importante componente de produtos para exportação. Nas últimas décadas, este tecido industrial passou por uma dinâmica e um processo de fragmentação e difusão, com um aumento do número de estabelecimentos e do emprego industrial. Espacialmente, as actividades industriais desenvolvem-se em fileiras produtivas identificáveis no território: a têxtil/vestuário no Ave (sobretudo em Guimarães, Santo Tirso, V.N.Famalicão), as malhas em Barcelos, o calçado em Felgueiras, S.João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Feira, o mobiliário sobretudo em Paredes, Paços de Ferreira e Gondomar, e as alimentares em Matosinhos e Vila do Conde. Braga, com a importância das indústrias das máquinas eléctricas, parece contrariar a tendência que se desenha para os sectores tradicionais, apresentando igualmente uma maior diversificação. Relativamente ao tecido industrial localizado em Aveiro, Águeda, Ovar, Estarreja e Ílhavo, há uma maior especialização nos produtos metálicos e nos ramos industriais mais intensivos em capital, como é o caso das químicas de base, a celulose e os minerais não metálicos, com recurso a mão de obra pouco qualificada.

Admitindo uma forte diversidade industrial (na dimensão das empresas, origem do capital, nível tecnológico, inovação, emprego qualificado, formas de gestão da mão de obra, ...), os dinamismos assentam predominantemente nas PME(s) e micro-empresas, em formas de valorização do capital baseadas nos baixos custos da mão de obra, capitais locais, em processos produtivos tecnologicamente pouco intensivos e miméticos, culturas empresariais muito específicas, fraca produtividade e capacidade de fixar emprego qualificado e serviços às empresas.

2. A estrutura urbana é primacialmente definida pela Área Metropolitana do Porto que, no essencial, determina e influencia toda a região, seguida de perto, com maior ou menor grau de dependência, ou autonomia, pelas aglomerações, relativamente difusas, polarizadas por Aveiro e Braga e por uma nebulosa, ou pântano urbano de elevada densidade, onde sobressaem aglomerações de dimensão variável, sem nítidos contornos de ruptura, interpenetrando-se, sem que, às vezes, se tornem claros os limites dos aglomerados urbanos que se diluem numa dispersão urbano-rural que se densifica e se mostra cada vez mais complexa e aparentemente desorganizada.

No Noroeste de Portugal, o maior dinamismo económico, no que respeita aos aspectos urbano-industriais, é estruturado essencialmente segundo um eixo longitudinal Norte-Sul que, em grande medida, coincide com o IPI, dependente e beneficiário da maior acessibilidade ao Grande Porto e aos principais aglomerados urbanos regionais de dimensão significativa. A reconfiguração da rede urbana que se tem vindo a verificar nos últimos anos, ao mesmo tempo causa e reflexo da redefinição das acessibilidades, à escala local ou regional, está relacionada com o evoluir da rede rodoviária e das telecomunicações e ainda da localização das principais infraestruturas ligadas ao comércio internacional e ao transporte de mercadorias.

É, por isso, que a AMP, sobretudo no caso do Porto, mas também dos concelhos de Matosinhos, Vila Nova de Gaia e Maia catalizam, ordenam e reordenam, todo o tecido produtivo do Noroeste de Portugal. A sua centralidade e acessibilidade regional, a par da localização das principais infra-estruturas de relação, a exemplo do aeroporto internacional de Pedras Rubras, do porto marítimo de Leixões, do terminal internacional de cargas (TERTIR), ou do pavilhão internacional de feiras e exposições (EXPONOR), tendência que se reforçará aquando da implementação do Parque de Ciência e Tecnologia, prolongando e repercutindo no tecido produtivo a investigação desenvolvida pelas Universidades. Por outro lado, o aglomerado urbano do Porto centraliza, cada vez mais, o poder decisório, quer se trate de associações sectoriais e empresariais, ou de sedes de grandes empresas e grupos económicos (SONAE, RAR, etc.), criando as condições necessárias à crescente polarização funcional regional, o que é particularmente notável quanto ao sector financeiro, pela participação actual, ou futura, e

pela diversificação dos investimentos desde o ramo alimentar, à construção civil, ao "service bureau", etc..

Os elevados investimentos na rede rodoviária (ainda incompleta), decorrentes da adesão à Comunidade Europeia, que nos últimos anos tiveram lugar, contribuíram não só para a melhoria da acessibilidade em toda a região, mas também para reforçar a liderança do Grande Porto, propiciando igualmente um aumento das interrelações entre os principais centros urbanos, designadamente Viana do Castelo, Barcelos, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Feira e Aveiro.

A forte dinâmica industrial da região tem igualmente contribuído para uma proliferação de diversas estruturas e instituições propiciadoras de desenvolvimento a longo prazo, a exemplo da criação de novas Universidades e Institutos Superiores (designadamente em Aveiro, Braga e Viana do Castelo), parques de exposições (o projecto da Feira), associações empresariais e sectoriais (Aveiro, Braga, Guimarães, Viana do Castelo), ou ainda do projecto dos dois pólos do "Parque de Ciência e Tecnologia do Porto" (para a Feira e Guimarães), etc..

3. A evolução recente desta área assentou numa região de elevadas densidades rurais, pelo menos até aos anos sessenta, quando a emigração com destino à Europa se fez sentir, tocando-a de forma desigual, quer quanto aos quantitativos, quer quanto às respectivas consequências no tecido económico e social. Se a bordadura montanhosa quase se esvaziou, nas colinas e vales do Entre-Douro e Minho os sistemas agrícolas tradicionais, sem se alterarem na substância, sofreram, no entanto, um duplo processo de intensificação e extensificação como resultado da alta de salários agrícolas motivado pela rarefação da mão de obra assalariada e da progressiva ausência de agricultores -parceiros ou de arrendamento. Em dez anos os salários agrícolas mais do que duplicaram (de 1963 a 1973 cresceram 105%), enquanto os preços dos produtos agrícolas apenas subiam 5%. É nesta altura que, face á reduzida dimensão média das explorações agrícolas e ao crescente envelhecimento dos seus dirigentes se faz apelo a técnicas produtivistas, à especialização e à fixação dos jovens, sem grandes resultados, apesar da taxa de mecanização e de utilização de adubos químicos e pesticidas ter aumentado consideravelmente. Assistiu-se, pelo contrário, ao crescente peso das explorações agrícolas familiares e ao predomínio do trabalho efectuado pelo agregado doméstico do produtor em relação ao assalariado (veja-se o facto de na Região Agrária de Entre Douro e Minho existirem apenas 12679 trabalhadores assalariados permanentes, dos quais somente 4854 a tempo completo - RGA 89), enquanto que a pluriactividade ou o plurirrendimento dos dirigentes ou dos membros do seu agregado doméstico tende a tornar-se cada vez mais significativo.

Numa área onde continua a ser fundamental a pequena agricultura familiar e onde é largamente predominante a conta própria, a área média das explorações no Entre Douro e Minho é de 4.16 ha (RGA-89), valor claramente superior à realidade geográfica da Região, o que só se compreende pela exclusão para efeitos estatísticos das explorações de menor dimensão que, como se sabe, são as largamente dominantes e contribuem significativamente quer no PAB, quer na economia de uma boa parte das famílias, pela opção por um leque variado de culturas destinadas ao autoconsumo ou, eventualmente no caso de excedentes, à venda (não foram recenseadas as explorações cuja SAU fosse inferior a 100 ares, com excepção das que apresentassem uma área mínima de cultura especializada)

Mas, neste tradicional "mosaico ajardinado" (que ORLANDO RIBEIRO conheceu, interpretou e nos deu a conhecer com rara sagacidade e minúcia) assente numa policultura intensiva, no predomínio de um cereal de Verão regado - o milho- no prado de Inverno que sustenta a bovinicultura, na horta, na vinha e na bouça, num sistema de grande equilíbrio geo-humano, assiste-se igualmente a uma tendência para a especialização (leite, vinho, hortofloricultura, etc.) em áreas que apresentam melhores condições edafo-climáticas e, sobretudo, circuitos comerciais já estabelecidos e testados. Note-se, no entanto, que estes processos são regionalmente diferenciados conduzindo a uma dinâmica de progressiva marginalidade centrada nos espaços serranos, pela ruptura dos sistemas tradicionais e pelo crescente envelhecimento populacional, a uma outra de progressiva sub-alternidade nas áreas de industrialização rural difusa, alicerçada na pluriactividade e onde a estrutura etária é relativamente jovem e ainda, na área periurbana do Porto, a um duplo processo de especialização (flores, horticultura) e ao abandono definitivo da actividade agrícola face ao alastrar da urbanização e da rarefação dos terrenos agrícolas.

No Noroeste alargou-se o sector leiteiro, pelo que foram principalmente responsáveis os pequenos produtores, através do melhoramento forrageiro e das técnicas de ensilagem, da selecção mais criteriosa na sementeira dos pastos e do cada vez maior recurso à semi-estabulação, tendo a produção triplicado nos últimos vinte anos. A AGROS recolheu mais de 400 milhões de litros em 1991, cabendo a maior parte ao Entre Douro e Minho (42.7 % é proveniente de ordenhas mecânicas colectivas, 30.5 % de individuais e 26.8 % de postos de recepção). Aliás, a faixa atlântica do Minho ao Vouga produz actualmente cerca de 2/3 do total do leite do Continente (1988), quando no início da década de sessenta o seu contributo era ainda inferior a metade, o que foi conseguido sem grande aumento do efectivo de vacas leiteiras (129 849 no EDM, 40% do Continente, RGA- 89). E, o que é significativo é que o valor médio de animais por produtor no Entre Douro e Minho é relativamente baixo (49% possuem de 1 a 4 vacas), número superior à média do Continente (42.6), semelhante ao Grego (42.9) bem longe

dos 18.7 de Espanha que se lhe segue (CEE- Estatísticas Agrícolas). Sem pretender entrar no domínio da discussão do resgate das quotas leiteiras, diremos, resumidamente, que este balança entre as intenções de reduzir os custos do sistema de recolha e o rateio entre os pequenos e médios produtores. São opções distintas tal com serão as respectivas consequências.

Outro dos sectores que merece particular destaque, não só pelas transformações que tem operado na paisagem tradicional, como pelo intensificar dos investimentos, às vezes de origem exógena, ou pelo peso relativo que possui na comercialização, é a viticultura. O processo de reestruturação da vinha, normalmente disposta em ramadas ou em enforcado na periferia dos campos de cultura, inicia-se por finais dos anos sessenta e vai progressivamente dando lugar à cultura extreme. O vinho verde, de largo consumo da população rural, tinha pouca expressão nos mercados urbanos e no comércio externo à excepção das ex-colónias e dos países de imigração dos Minhotos. A definição criteriosa de porta-enxertos e castas, sobretudo brancas, a par da rede de adegas cooperativas que se foi alargando, permitiu melhorar a qualidade e propiciar um fácil escoamento para o vinho branco. Na década de sessenta apenas contribuía com 16%, na de setenta com 22%, subiu depois na de oitenta para 40% e, actualmente, praticamente se equivale ao tinto. A exportação de vinho verde tem também aumentado (121072 hl em 1991, o que corresponde a mais de 3 milhões de contos), volume que é sensivelmente o dobro do das décadas de sessenta e setenta e ainda superior à de oitenta. A CE é o principal destino (58.5%) e o vinho branco preponderante (85%).

Apesar das flutuações anuais, a produção tem-se mostrado relativamente estável, assim como o peso relativo dos principais agentes que operam na comercialização, à excepção dos produtores engarrafadores, normalmente "vinhos de quinta", que na década de oitenta aumentaram a sua quota de mercado em cerca de 50%.

A aplicação do REGULAMENTO (CEE) Nº 2239/86, relativo a uma acção comum específica para o melhoramento das estruturas vitivinícolas em Portugal, mostrou-se na Região Demarcada dos Vinhos Verdes pouco eficaz, não só porque o prémio ao abandono definitivo da vinha (sobretudo as mal localizadas) apenas ligeiramente excedeu os 400 ha, mas também porque as áreas reestruturadas são praticamente insignificantes face à reduzida comparticipação, que variou normalmente entre os 20 e os 30% do total dos custos de instalação. Aliás, a maior incidência fez-se justamente sentir nas áreas onde o custo de instalação era mais baixo (declives menos acentuados, etc.). A partir de 1992 entrou em vigor o PROGRAMA OPERACIONAL - REESTRUTURAÇÃO DA VINHA que apresenta incentivos financeiros mais favoráveis sendo, por isso, previsível um aumento claro dos quantitativos, tanto no que respeita à reestrutururação como à reconversão.

II. Viana da Foz do Lima

Do Vale do Lima (Municípios de Viana do Castelo, Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez) sobressai uma imagem de persistência de uma ruralidade ancestral, marcada por uma policultura intensiva, onde são ainda muito importantes os regadios tradicionais e predominam as pequenas e muito pequenas explorações de conta própria, sendo clara a dominância dos activos do sector primário que, à excepção de Viana do Castelo (20.2%), é sempre superior a 50%. Foram recenseadas (RGA /89) 16977 explorações agrícolas, sendo a área média de 3.35 ha e o índice de tractorização pouco superior a 10%. Mais de metade dos rendimentos do agregado doméstico do produtor têm proveniência exterior à exploração, nelas trabalham pouco mais de mil assalariados, dos quais só cerca de 300 a tempo completo. Ao abrigo do REG (CEE) 797 /85 apenas foram aprovados 248 projectos, o que representou um investimento pouco superior a 2 milhões de contos.

O sector florestal representa 16.3% do PAB o animal (sobretudo bovinos) 26.3 % e o vegetal 57.4% (essencialmente milho, culturas forrageiras e vinha) . Os pequenos produtores têm um peso muito elevado na produção de leite, cuja recolha e comercialização se faz através da AGROS e da LACTOLIMA. A inovação quase que se restringe à viticultura, sendo de destacar o papel desempenhado pela Adega Cooperativa de Ponte de Lima e por alguns produtores engarrafadores. Igualmente inovador foi o vale do Lima no arranque e afirmação do turismo em espaço rural, que ao aproveitar algumas das potencialidades resultantes da marginalidade em relação ao processo de expansão urbano/industrial difuso lhe tem permitido, sem grandes atropelos ambientais e rupturas no tecido social, potenciar os seus recursos endógenos.

Com valores populacionais relativamente estáveis no decorrer deste século (125555 em 1900 e 165570 em 1991), apesar das vicissitudes da sua história demográfica, nomeadamente pela fraca capacidade de retenção do saldo fisiológico, as perdas populacionais no Vale do Lima são sobretudo importantes a partir da década de sessenta e mostram um grau de incidência correlativo com a interioridade. As maiores densidades encontram-se nas freguesias da Ribeira, esbatendo-se na transição para a serra minhota, onde o povoamento rural de tipo disperso se vai concentrando em núcleos de reduzida dimensão. No nível que se segue a Viana do Castelo, a rede urbana, é polarizada pela vilas sedes de concelho, essencialmente prestadoras de comércio e serviços a áreas largamente coincidentes com o seu território concelhio.

O rio Lima, traço de união na complementaridade e diversidade de toda esta área, perdeu actualmente a importância no trânsito que detinha. Foi navegável até ao sítio do Carregadouro a montante de Ponte de Lima e manteve-se como principal percurso comercial até aos anos trinta, quando a camionagem se impôs nas trocas efectuadas com as povoações do interior (a primeira carreira do distrito ligava, em 1928, Viana aos Arcos de Valdevez, passando por Ponte de Lima e Ponte da Barca).

Mas, foi sem dúvida Viana da Foz do Lima, depois Viana do Castelo que, como resultado da sua posição portuária, deteve no vale o controlo de quase todo o seu comércio, nela se reflectindo de forma directa e quase imediata as diferentes conjunturas.

Apesar de possuir raízes anteriores, Viana começou a afirmar-se enquanto Burgo, ligado às actividades piscatórias e comerciais e ao trato com o seu "hinterland" agrícola, apenas na segunda metade do século XIII, após a concessão do Foral de 1258.

O documento foralengo deixava entrever uma clara preocupação de organização urbanística que viria a ser confirmada em carta enviada pelo monarca ao povoador João Gonçalves (1265), onde recomendava que este "(...) organize o traçado das ruas (...)". Aliás, na planta actual da cidade é possível identificar claramente o núcleo medieval e neste observar a persistência de um traçado pensado, com ruas quase rectilíneas e quarteirões rectangulares grosseiramente uniformes.

Em 1263 ter-se-ão iniciado as obras de construção da muralha, concluída em 1374 e da qual resta um pequeno vestígio entre o Beco dos Fornos e o início da Rua Gago Coutinho. De qualquer forma, é possível identificar ainda hoje, observando a configuração do núcleo antigo, qual terá sido o seu traçado. Possuía quatro portas colocadas nas extremidades dos dois principais arruamentos e que se cruzavam perpendicularmente segundo duas direcções: na direcção NE-SO as Ruas Grande e a de S. Pedro e na NO-SE a Rua Gago Coutinho (antiga rua da Praça Velha e, mais tarde, de D. Luiz).

O traçado dos arruamentos do núcleo medieval, apesar de alguns alargamentos e rectificações efectuadas na segunda metade do séc. XIX, ainda hoje se mantém. A vila teria dois largos, que persistem, nas extremidades da Rua do Poço: a Praça da Erva (Largo dos Ferradores até meados do século XIX) e a Praça Velha, funcionando a última como centro cívico e local de reunião dos "homens-bons" do concelho; o Campo do Forno (depois Praça da Rainha e actual Praça da República) junto às portas da Vila, de onde partiam as principais vias de ligação com as povoações interiores da margem direita do Lima (Rua da Bandeira) e do litoral norte (Rua da Picota e Rua dos Manjovos), só viria a afirmar-se como centro cívico durante o século XVI, particularmente a partir do primeiro quartel do mesmo com a construção dos Paços do Concelho, no seu topo NE, e do Chafariz da Vila concluído em 1559. Ainda no Campo do Forno, no pano exterior

das muralhas, localizavam-se os fornos da vila, que também existiam pelo lado interior na rua dos Fornos, e realizava-se a feira quinzenal instituída por D. Dinis desde 1286.

O extravasar das construções para fora das muralhas foi anterior a quinhentos, dado que, pelo menos desde o século XIV, se terá assistido à construção de edifícios ao longo das referidas vias de ligação para o litoral norte e para o interior do vale do Lima, assim como no espaço de ligação à Matriz Velha e ao local de atravessamento do rio, por barca, na primitiva póvoa.

No século XVI iniciou-se uma fase de grande crescimento da vila (em 1527 Viana teria 962 moradores) como resultado do desenvolvimento do tráfego comercial marítimo (ciclo dos panos ingleses e do sal - até meados do séc.XVI; ciclo do ferro e do bacalhau - até ao último quartel do séc. XVI e ciclo do açúcar brasileiro - até meados do séc.XVII).

Ao elevado surto demográfico ocorrido entre o início do século XVI e os anos trinta de seiscentos, correspondeu o acentuar da expansão extramuros. Durante a segunda parte de quatrocentos e todo o século XVI, foi delineada a praça do Campo do Forno e abertas a rua de St^a Ana e os arruamentos circundantes da muralha. Para oriente do espaço amuralhado surgiu a rua da Bandeira e a rua Nova de S. Bento, para ocidente, denotando ser esta a direcção preferencial do crescimento urbano de então, foram delineadas as ruas de S. Sebastião (actual rua Manuel Espregueira), das Rosas, do Loureiro e o largo de S. Domingos e para sul, junto ao rio foi aberta a praça do Postigo.

Os arruamentos abertos a ocidente das muralhas, com particular destaque para a rua de S. Sebastião, viriam a ser as artérias estruturantes da ocupação de todo o espaço entre a primeira construção defensiva (as muralhas da vila) e a segunda (a Torre da Roqueta).

Foi nesta altura que começaram a proliferar, maioritariamente fora das muralhas, as moradias de fidalgos e burgueses ligados ao comércio marítimo (muitas delas estão hoje adaptadas a funções da área dos serviços, como as que albergam a Câmara Municipal, a Biblioteca Municipal, o Museu Municipal, o Arquivo Distrital, o Instituto Superior Politécnico e algumas dependências bancárias) e se fundaram a generalidade dos conventos que delimitariam, grosso modo, o perímetro da vila que perduraria até ao séc. XX (St^a Ana-1510, S. Bento-1545, S. Domingos-1566, St^o Ant^o-1612, Carmo-1621, Cruzios-1630, Ursulinas-1778 e Carmelitas-1780) Alguns destes conventos e daquelas moradias viriam a condicionar, com a sua localização e a abertura de caminhos de comunicação com o núcleo medieval, a estruturação do espaço extramuros.

Na primeira metade do séc. XVII o comércio marítimo vianense, como a generalidade da economia do país, seria afectado com uma profunda crise devida à ocupação castelhana e à guerra da Restauração, da qual só viria a recuperar em finais de

seiscentos com a exportação de Vinhos Verdes, para entrar de novo num *período de grande prostração e abatimento* nos finais do séc. XVIII e primeiras décadas do século XIX. Esta fase de declínio económico viria a ter consequências na diminuição do ritmo de construção e expansão urbana (os valores de população da vila regrediram, com uma diminuição de cerca de 31%, entre 1639 e 1794).

Assim, os séculos XVII e XVIII foram caracterizados, urbanisticamente, pela consolidação da rede viária já existente, através do preenchimento paulatino das bordaduras dos quarteirões, definidos anteriormente, pelo aparecimento de edificações nas imediações da capela da Sr^a da Agonia, terminada em 1755, e do *arrabalde da Portela*.

Em 1864/67, Viana ocupava o espaço inserido num polígono cujos vértices eram definidos pelos edifícios conventuais. Fora deste perímetro, ficava apenas parte da rua da Bandeira e o bairro da Portela que era ainda pouco povoado.

Enquanto a ocidente os arruamentos e construções foram contidos pelo espaço de protecção da fortaleza de Santiago da Barra, a noroeste, ainda não constringendo mas já condicionando, o 'Monte de St^a Luzia' (extremidade meridional da Serra de St^a Luzia) secundava a influência do rio no alongamento da cidade pela sua margem direita. Aliás, o traçado dos arruamentos que foram delineados na época dos Descobrimentos, correspondeu ao aproveitamento racional das condições topográficas pré-existentes, parecendo organizados de forma a aproveitar a topografia pouquíssimo movimentada dos terrenos resultantes dos depósitos fluviais do Lima.

Daqui e da preferência pela proximidade da margem fluvial se explica que os eixos estruturantes do crescimento da cidade, os arruamentos de maior rectilíndade e largura, fossem todos paralelos ao rio na segunda metade do século XIX. Por outro lado, todo o espaço construído se encontrava, ainda, abaixo da curva de nível de 20 metros, cota acima da qual os declives se acentuam rapidamente, o que, não impossibilitando a continuação do crescimento da cidade em direcção a St^a Luzia, desencorajaram-na, pois o espaço livre e em melhores condições topográficas de edificação ainda abundava, tanto nas franjas do espaço construído como no seu interior.

Do plano da cidade, tendencialmente ortogonal e possuindo a generalidade dos arruamentos um traçado rectilíneo, salientamos alguns locais onde existe alguma irregularidade e cuja existência se justifica por dois tipos de razões: os arruamentos desenharam-se de forma espontânea e em função dos percursos mais frequentemente utilizados pelas populações, tendo o seu traçado sido condicionado pelas condições físicas dos terrenos atravessados. São disso exemplo as saídas para Ponte de Lima (Rua da Bandeira), para Caminha (ruas dos Manjovos e de Altamira) e a entrada na cidade pelas Ursulinas (rua de S. José e Portela). Apesar de tudo, o plano urbano vianense de

meados de oitocentos era um espaço predominantemente pensado e raramente espontâneo.

Em meados de oitocentos Viana continuava a ser uma cidade que vivia de e para o rio e o mar. A maioria das funções comerciais da cidade exerciam-se nos largos e praças junto ao rio. Aqui se localizou em meados do século XIX, e ainda se encontra actualmente, a Associação Comercial de Viana do Castelo e nas suas proximidades encontravam-se os hotéis da cidade.

Se a área dos cais fluviais era o centro comercial da cidade. A praça da Rainha e o largo de S. Domingos eram os centros de serviços. Na praça da Rainha localizava-se a Câmara e a Misericórdia com o seu hospital anexo, no edifício do extinto convento de S. Domingos localizavam-se, desde meados de oitocentos, *as repartições do governo civil, administração do concelho, recebedoria, pagadoria, obras publicas distritais, fazenda e telegrapho*, onde se mantiveram até 1919.

A segunda metade do séc. XIX teria uma importancia significativa na estruturação da Viana contemporânea. Nas décadas de cinquenta e sessenta de oitocentos construíram-se, entre outras, as estradas reais nº 4 (que a ligava, em melhores condições com Caminha a norte e Barcelos, Famalicão, Braga e Porto a sul) e nº 25 (para Ponte de Lima, pela margem direita); em 1867 seria autorizada a construção da linha do Minho e em 1878 seria inaugurada a ponte férrea sobre o Lima, que viria a localizar-se cerca de 300 metros a montante da ponte de madeira e cujo projecto e construção foram da responsabilidade de Gustave Eiffel.

A ferrovia cercou o espaço construído da cidade de então, decalcando o perímetro poligonal marcado pelos vértices conventuais. Aquela e as novas estradas que atravessaram a cidade, apesar de pressuporem benefícios, colocaram condicionalismos às opções de estruturação do espaço urbano vianense. A sua gestão apoiou-se no Decreto de 31/12/1864, cujo *plano geral de melhoramentos* foi o instrumento utilizado.

Assim, correspondendo à dinâmica de empreendimentos públicos emanada do poder central, o município Vianense afectaria para obras públicas, nas décadas de 60, 70 e 80 de oitocentos, valores que chegaram a corresponder a metade do total da despesa municipal, abrindo e alargando ruas, abrindo novos espaços ajardinados, construindo fontes e reformando as existentes, edificando o primeiro mercado municipal, etc.

Apesar das preocupações constantes dos vianenses nos trabalhos de encanamento e desassoreamento do rio Lima se prolongarem desde o século XV, foi também durante o século XIX que a cidade conquistou uma primeira significativa fatia ao estuário do rio, onde traçaria o grande jardim público marginal cuja metade ocidental foi concluída e gradeada em 1882, adquirindo as dimensões contemporâneas a partir de 1912.

A estação ferroviária, sendo o único local de comunicação do tráfego do caminho de ferro com o da cidade, prendeu, desde logo, as preocupações do poder municipal, no sentido de obviar à facilitação dos fluxos de pessoas e mercadorias, que se previa seriam intensos, entre aquela e os locais vitais do funcionamento da cidade. A resolução desta questão materializou-se no alargamento da rua de St^a Ana (1876/78), na abertura da avenida dos Combatentes da Grande Guerra (1917) e na construção de um ramal de caminho de ferro entre a estação e a doca (1919).

Em 1917 começou a ser rasgada a Avenida que viria a ser chamada dos Combatentes da Grande Guerra, fazendo desaparecer as Ruas de Gonçalo Afonso, das Cabaças, dos Fornos, de S. João e o largo da Picota. A Avenida, com largura pouco usual para a cidade, foi gradualmente preenchida por edifícios cujos pisos térreos foram ocupados por novas funções relacionadas com a vulgarização do automóvel, tirando partido da larguesa da artéria e da articulação entre o caminho-de-ferro e a camionagem.

Durante a década de 1920 foi domicializada a distribuição de água (Coimbra e Braga, por exemplo, possuíam-na desde 1910 e 1915 respectivamente) e electrificada a iluminação pública, que seria municipalizada no início dos anos trinta.

A partir da década de trinta a cidade registou um aumento populacional de 20%, começando a expandir-se para além da via ferroviária. Os aspectos gerais da sua expansão seriam ajustados no *Ante-Plano Geral de Urbanização de Viana do Castelo* (figura criada pelo D.L. 35931 de 4 de Novembro de 1946), concluído e aprovado em 1948.

Este ante-plano, apesar da rigidez do método de zonagem do espaço, próprio dos planos da época, dos condicionalismos colocados pela construção da variante à estrada nacional nº 13 junto à via férrea (1948) e de algumas das suas propostas se não terem concretizado, veio estruturar a rede viária fundamental do espaço extra-perímetro ferroviário, projectar melhorias para o atravessamento dessa barreira (alguns, como o Viaduto de Santo António, só concretizados na década de oitenta, quando a pressão dos fluxos diários entre as áreas intra e extra perímetro ferroviário se tornara insustentável) e estruturar a área a nascente da via férrea.

A partir de Abril de 1974 houve um aumento importante no número de edificações tanto nas freguesias da cidade (como os Bairro de Monserrate e da Cooperativa Capitães de Abril), como nas freguesias limítrofes, reflexo do crescimento populacional das duas últimas décadas, particularmente importante nas freguesias da Meadela, a nascente da cidade, e de Darque, na margem esquerda do Lima, tendo ambas registado, entre 1970 e 1981, um aumento superior ao das freguesias da cidade (45% e 42.5% respectivamente). Saliente-se que, reflectindo o alastramento populacional para as freguesias vizinhas, o somatório dos valores da população presente nas duas freguesias

da cidade e nas três que as cercam (Areosa, Darque e Meadela), eram, em 1991, muito semelhantes (15463 e 15795 habitantes, respectivamente).

Localizada no limiar de um espaço económico fortemente centralizado pelo Grande Porto, a cidade de Viana ocupa a maioria da sua população activa no comércio e serviços que fornece ao seu, predominantemente agrícola, hinterland distrital e no sector secundário. Duas empresas, Estaleiros navais e Portucel representam quase metade do VAB da indústria transformadora no vale do Lima .

Os empreendimentos ligados ao terciário têm proliferado nos últimos anos, sendo disso exemplo a edificação do centro de comércio e serviços da Praça 1º de Maio, o preenchimento do miolo dos quarteirões com pequenos centros comerciais que não se vislumbram do exterior e a utilização da nova fatia conquistada ao leito do Lima para a construção de uma marina e para a expansão da área de lazer da cidade.

Na observação da imagem contemporânea da cidade detectam-se os reflexos mais importantes dos diferentes momentos da sua estruturação: o núcleo medieval e as suas imediações, que ainda hoje constituem uma parte vital da vida da cidade; a grande importância, em termos do espaço ocupado, do crescimento da época dos Descobrimentos; a relação existente entre a localização dos conventos e a estruturação daquele crescimento; a ortogonalidade da generalidade dos arruamentos, que não foi totalmente contrariada pela construção da via férrea; os arruamentos cujo traçado esta condicionou (a avenida dos Combatentes da G. G. e a variante à estrada nacional nº 13, entre outros) e, finalmente, a imagem de manta de retalhos exterior à ferrovia (resultante de urbanizações pontuais e fechadas em si próprias, como o Bairro Jardim ou o Bairro das Ursulinas), em contraste com a continuidade e coerência do espaço interior ao perímetro ferroviário.

O estendimento da cidade ao longo da margem direita do Lima pode ser compreendida através das dificuldades levantadas pelos acentuados declives do Monte de S^a Luzia, mas a atracção exercida pelo rio e pelo mar, quais sustentáculos da vida da cidade desde os seus tempos mais remotos, justificam-no primeiramente. Ambos, além de outros proveitos, forneceram os caminhos que possibilitaram aos vianenses relacionarem-se e negociar com o interior do distrito e com o mundo: o Lima, com os seus portos e ancoradouros ao longo do vale, o mar, cujas águas foram sulcadas desde a Galiza ao norte da Europa e das ilhas atlânticas ao Brasil e que ainda hoje contribui significativamente, para a economia da região.

III. Sinopse Evolutiva do Espaço Urbano de Braga

"Mais velho do que a Sé de Braga!" é um dito popular português que se quer atribuir a tudo aquilo que é muito antigo. Porém, ainda a Sé Catedral não existia e já Braga era inequivocamente uma cidade importante, afirmando-se no contacto entre o Noroeste montanhoso e a planície aluvial. Assente numa plataforma entrecortada pela curva de nível dos 200m e polvilhada de pequenas elevações, o Norte da cidade, em consequência de uma ruptura de declive providencial, mascarava as vistas de quem navegava o Cávado. A Sul e a Nascente, a cidade ficou limitada por um envolvimento montanhoso de baixa altitude, que corresponde ao prolongamento da Serra da Cabreira, cujo o extremo Oeste apresenta a elevação da Falperra (561m). Este quadro iludirá o observador incauto quanto a uma inserção hidrográfica no vale do Cávado. Ao invés, a plataforma fecunda onde se estabeleceu a remota urbe, inflecte subtilmente para Sudoeste, indo, como que por ironia, instalar-se na Bacia do rio Ave.

Foi com a fixação dos Romanos, em 27 A.C., que se fundou e institucionalizou a cidade. Feita à imagem de Roma e inserida num Império cuja principal expressão civilizacional foi urbana, surgiu sob o domínio de Augusto, fruto sem dúvida, da "latinização de um topónimo existente", aquela que viria a ser *Bracara Augusta*. A cidade estava inserida no sistema urbano-regional romano, no qual inicialmente, era sede do *conventus Terraconensis*, tendo posteriormente, por ordem de Caracala, sido elevada a capital da província da *Gallaecia*.

Bracara era o centro de poder de uma vasta área, recortada por cinco vias que dela partiam, possuía uma planta octogonal clássica evidente. Originalmente, o perímetro urbano seria um quadrado regular definido pelo *cardo* e *decumano* que se cruzariam aproximadamente onde hoje é o Largo de S. Paulo. Posteriormente, a crescente importância da *civitas*, terá contribuído para o alargamento da área, conferindo uma forma oval à cintura de muralhas. Por analogia, pode-se conjecturar que o *Forum*, centro cívico Romano, se localizaria próximo do eixo deste ovulóide, supostamente junto do actual Largo Paulo Orósio.

Com a decadência do Império Romano e consequente chegada dos povos vindos do Norte da Europa a urbe existente viria a alterar-se significativamente. Aos Suevos (411), que de Braga fizeram a capital do seu Reino, sucedem-se os Visigodos (456), tendo estes, alternado com os Árabes (715), num deambular de "fronteiras" de conquistas e reconquistas suficientes para dissipar a cidade.

O longo período que se seguiu ao império, entre finais do séc. III e inícios do séc. V, caracterizou-se por uma forte recessão urbanística, a população espartilhou-se pelas imediações e reocupou os velhos *castros* alcandorados.

Ainda sob o domínio Romano, após a conversão de Constantino, já os Cristãos se encontravam organizados. A emergente influência da Igreja, associada à adopção das delimitações romanas, proporciona a Braga, a preservação da sua importância ao longo dos períodos conturbados.

Surgem entretanto as primeiras referências ao Metropolita de Braga no ano de 385. A conversão dos Suevos ao cristianismo, após o postulado de S. Martinho de Dume (Séc.XVI), e, posteriormente, a expressão peninsular de S. Frutuoso (Séc.VII), no período Visigótico, foram factos determinantes, que estiveram na génese do estatuto *sui generis*: da Igreja bracarense Esta adquire o título de Primazia, elevando-se à categoria de supermetropolitana, com direito a um rito litúrgico único.

Nem a presença dos muçulmanos demoveu o enraizamento religioso que a organização eclesiástica entretanto adquirira. O Bispo Odoário, *exilado* então em Lugo, vem finalmente a expulsar definitivamente os árabes, reapropriando-se do seu domínio espiritual e convertendo as terras em propriedade da Igreja. Na sequência destes acontecimentos, mais tarde, D. Henrique, fundador do *Condado Portucalense*, vem confirmar o estigma de poder e influência da Igreja, ao doar o senhorio de Braga ao seu Arcebispo.

O então denominado Príncipe-Arcebispo, que viria a intitular-se Primaz das Hespanhas (título que ainda hoje conserva), veio a matizar a posterior evolução da urbe, condicionando inclusive a fixação de nobres e das ordens religiosas, numa determinação que durou até ao Séc. XVI e que crivou a história de Braga.

1 — O "Núcleo Duro" da urbe e as Hortas do Paço

Com os alvares do milénio, o Bispo D. Pedro (1070-1091), na presença de outros bispos e do Legado do Papa, consagra a Sé Catedral (28 de Agosto de 1089). Com este acto simbólico dá-se início àquele que poderá ser considerado o nascimento urbano da Braga medieval. O centro vital da cidade consolida-se em torno da Sé, recriando uma nova cidade antagónica à já então imemorial *Bracara Augusta*.

A turbulência das hordas conquistadoras terá "facilitado as modificações verificadas na topografia de muitas cidades, nomeadamente a deslocação dos centros para junto dos antigos locais de culto cristão". Escavações recentes na cripta da Sé puseram a descoberto testemunhos votivos do culto à Deusa ÍSIS, sugerindo a existência de um mercado no local. Esta hipótese poderá ter algum fundamento, considerando a

proximidade da provável porta da muralha romana e deste culto ser apanágio dos mercadores do Baixo Império. De facto, só com D. Henrique de Borgonha este pólo centralizador se imporá, ao aglutinar em seu redor, uma cintura de muralhas por este mandadas construir e, mais tarde, reforçadas respectivamente por D. Dinis e D. Pedro.

A transferência do centro da cidade para a Sé, delimita um espaço de intersecção, definido pelo cruzamento da defunta muralha romana com a muralha medieval, criando uma área que designaríamos por "núcleo duro" de Braga. Esta área, a SW da Sé, foi afectada simultaneamente pela ocupação romana e medieval. Caracteriza-se, pelo encaixe de uma malha viária reticular, de aparente traçado latino. Neste local virão a instalar-se os mestres e os ofícios, os mercadores, os clérigos e homens de leis, a criadagem do Paço e até uma judiaria (primitivamente na actual D. Gonçalo Pereira e depois de 1465 passou para a actual Rua de Sto. António das Travessas).

Por outro lado, a Norte do alinhamento da Sé, o eixo definido pela Rua do Souto separava uma vasta área desprovida de construções. Nela estavam as hortas e quintas do Arcebispo, correspondendo a um importante "stock" de espaços livres, que viriam a ser determinantes na evolução futura dessa área. Recordemos que só em pleno Séc. XX foram abertas duas artérias neste sector. Arcebispo e Cabido repartiam desde 1145 as rendas Diocesanas, cabendo um terço dos bens ao Cabido, o que incluía a generalidade dos prédios urbanos.

2 — D. Diogo de Sousa, o Urbanista

A personalidade mais marcante de todo o urbanismo braguês foi, sem dúvida, o Arcebispo D. Diogo de Sousa (1505-1532), que estudou em Florença e em Roma, tendo vertido na cidade os princípios do urbanismo renascentista.

Apertada pelos muros e estrangulada por apenas quatro portas, tantas quanto os pontos cardeais, a cidadeurgia expandir-se. Disso se encarregou pessoalmente D. Diogo, ao ordenar e supervisionar a abertura de novas ruas, portas e praças. Dirigindo-se por carta a El-Rei, a propósito das suas ausências na corte, justificava-se, «(...) por eu fazer de hua aldeia cidade à custa do meu trabalho e fazenda (...)».

Exteriormente à cintura amuralhada, envolveu a cidade, com um conjunto de 7 *campos* (praças) amplos, ligados entre si por novas ruas, cujas grandes linhas orientadoras ainda hoje subsistem.

Internamente, o Príncipe-Arcebispo, desafogou a estrutura intramuros, ao promover a abertura de um eixo diametral Este-Oeste, prolongando a Rua do Souto até ao extremo oposto da muralha, pela Rua que viria a ter o seu nome, tendo mandado rasgar no dito muro uma porta nova. De igual modo valorizou o Paço, ao abrir aí

defronte um terreiro, bem como criou a rua de S. João, onde as elites vieram a fixar residência.

O seu empenho urbanístico passou também pela reorganização do abastecimento de água à cidade, pelos hospitais, criando ainda, estudos para a formação do clero. As freguesias exteriores aos muros (S. Vicente, Maximinos e S. Vítor) conheceram então um surto expansionista.

3 — A Época de Ouro da Arquitectura e a Contra-Reforma

Corte do Primaz das Hespanhas, Braga não podia ficar indiferente à mentalidade e ao movimento gerados pela Contra-Reforma um século antes. Lembremo-nos do seu ilustre Prelado, D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1582), apontado como «uma personificação do modelo de pastor fixado pelo Concílio» de Trento (1545-63).

Fiel a Roma e ao rei, a cidade prosperou, mesmo quando os interesses destes não eram coincidentes. Assim foi absorvendo uma crescente população, composta por seculares e regulares, mas também, por uma diversidade de manufactureiros, cuja quantidade e complementaridade dos ofícios, justificadamente fomentariam uma verdadeira *indústria do culto*. A ilustrar esta progressiva especialização, proliferavam as *lojas-oficinas* ligadas à paramentaria, às sedas, às velas, à fundição de sinos, à ourivesaria, às *Belas-Artes*, à talha e demais artes decorativas. Era todo um mundo laboral, encabeçado pelas actividades ligadas ao vestuário fornecedoras de uma vasta clientela.

Ao longo dos Séc.s. XVII e XVIII, os Campos anteriormente abertos por D. Diogo de Sousa e a envolvente periférica em geral, foram sendo paulatinamente ocupados por conventos, igrejas, capelas, recolhimentos e asilos... A cidade crescia sob um movimento urbanizador espontâneo, interrompido apenas por acções isoladas e esporádicas, ritmado mais pelos ditames da Fé, do que por uma ideia urbana global, única e concertada. A primazia do urbanismo cedeu lugar à supremacia da arquitectura!

Chegados a meados do Séc.XVIII, com a investidura D. José de Bragança, foi o culminar deste ciclo. Introdutor dos apetites da corte, já que era portador de "sangue real", o antístite e o seu sucessor, o sobrinho D. Gaspar, promoveram, cada um nas suas circunstâncias, a cosmopolitização da cidade à dignidade de uma capital.

A necessidade de exteriorizar o poder conduziu à promoção da pompa e ao expressionismo do fausto: era o Barroco, a época que mais estigmatizou Braga da Era moderna, e de que ainda hoje, na arquitectura e nas festividades (p.e. a Semana Santa), é possível detectar os traços do seu profundo enraizamento.

Organizavam-se grandes festejos públicos e privados, profanos e religiosos, cerimónias, corridas de touros e toda a espécie de animação própria desses tempos exuberantes. Num certo sentido urbanológico, buscou-se o ideal da cidade-espectáculo.

Assistiu-se a um vigoroso surto arquitectónico que se expressou magnificamente nas diversas obras civis e religiosas que enriqueceram o relicário urbano. Braga é neste período, indubitavelmente uma vitrina do Barroco. Com este movimento intemporalizam-se arquitectos de renome. Inicialmente, André Soares (1720-1769) e mais tarde, associado já a uma fase de transição mas ainda dentro desta continuidade, o engenheiro Carlos Amarante (1748-1815). É o período de glória da arquitectura braguesa.

E foi no Campo de Touros, actual Praça do Município e antigo terreiro arquiépiscopal, que se estabeleceu o palco onde se desenrolariam as cenas mais empolgantes desta encenação urbana. Mandado abrir em data incerta, mas que rondaria os finais do Séc. XVI, sendo então Arcebispo D. Frei Agostinho de Jesus (1588-1606), ligando a Rua Nova, junto à Igreja da Misericórdia, pela Rua dos Gattos até ao Campo da Vinha e permitindo assim, pela primeira vez, estabelecer uma via aproximadamente meridiana que atravessasse (passando pelo centro - a Sé), a cidade muralhada de lés a lés.

D. José manda no lugar edificar, voltada para Oeste, uma nova e esplendorosa ala do Paço cujo risco é atribuído a André Soares. De igual modo, o Senado da Câmara, imbuído certamente, das mesmos pruridos, não querendo ficar atrás, solicita imediatamente ao mesmo arquitecto, um projecto para os novos Paços do Concelho (1754) defronte do novo palácio arcebispal. Como por arrastamento, confirmando quem efectivamente protagonizava o domínio da cidade, dá-se, uma translação do centro nevrálgico do poder político que, já muito decadente, ainda gravitava nas imediações da Praça do Pão.

Entretanto no primeiro quartel do Séc. XVIII, algo vem contrariar o crescimento espontâneo da cidade. É aberto o Campo Novo, ou Quinteiro (Praça do Gavião) Trata-se de um projecto concertado que reflecte a penetração das concepções do urbanismo barroco na cidade, senão uma nova ideia face ao ordenamento do seu crescimento. Nitidamente inspirado no desenho dos conjuntos de praças com desenvolvimento radioconcêntrico, iniciou-se em 1725, estando ainda com muitos *chãos* por preencher em 1750.

Um pouco por toda a cidade e arredores vieram-se a edificar sumptuosas casas de Deus e dos homens, ilustrativas do gosto e mentalidade da época. Mas, depois vem novamente a recessão... São as Invasões Francesas... São as lutas liberais...

4 — Entre Meados de Século (1850 - 1950)

Os "Brasileiros", a Indústria e o Automóvel

Findo o "marasmo urbanístico" precedente, a cidade, por meados do Séc. XIX, volta a protagonizar um surto de crescimento. É o período da grande "erosão" urbana do centro histórico, da febre industrial, da animação «brasileira» da finança e do surto das obras públicas.

Em 1865 são iniciadas profundas rectificações viárias intramuros, especialmente no *Bairro das Travessas* (o "núcleo-duro"), que conduzem à demolição maciça de fileiras de casas e ao alargamento das ruas. Seduzida pelo crescimento rápido, a edilidade altera irremediavelmente o cerne da malha primitiva, tendo alargado e loteado as ruas do "casco urbano" com edificações mais altas e mais largas.

Abrem-se entretanto, importantes ruas orientadoras da expansão da cidade, sob um eixo NE-SW. A Poente, em Maximinos, é implantada a Estação dos Caminhos de Ferro, cujos primeiros comboios chegam a Braga em 1875, promovendo uma maior inserção regional da cidade. A Nascente, ao longo da via de acesso ao Santuário do Bom Jesus do Monte (1722), na área dos "peões", desenvolve-se uma área industrial assente na chapelaria e saboaria/perfumaria.

Num âmbito mais vasto, a indústria do calçado e as tipografias, e as já tradicionais artesanias bracarense, distribuíam-se por inúmeras oficinas, disseminadas por toda a cidade. É deste período a criação do primeiro Bairro Operário (Bairro Democrático - 1876-77), demolido em 1978.

A grave e austera cidade dos Arcebispos - tradicionalmente um centro administrativo, religioso e comercial - vê-se abalada por uma dinâmica catalisadora, que tem por consequência imediata, a transferência do centro vital citadino para o lugar onde há muito vertia todos os acessos do interior - as *Arcadas*. Construídas, no século anterior, inicialmente para albergar almocreves e para se aplicar o processo de taxaço dos comércios, converte-se no centro, económico e social da cidade.

Em frente às *arcadas*, desenvolve-se o amplo *Campo de Sant'Anna*, onde é inaugurado o Passeio Público (1854-61). Simultaneamente viriam aqui a localizar-se importantes serviços públicos - a Biblioteca e o Liceu (1857), o Café Vianna (1857), o Teatro São Geraldo (1860) e o Banco do Minho (1864).

Neste ano, com cerca de 19 mil habitantes, a cidade continuava a ser estruturalmente a mesma de D. Diogo de Sousa, só que, agora, a implementação de importantes serviços públicos viria a alterar substancialmente a fisionomia ruralista original. São desta época a melhoria dos acessos ao Porto (1850), a Viana e Guimarães (1860), a inauguração da iluminação pública (1857), o Mercado Coberto (1869), o novo cemitério (1872) e os transportes Urbanos de Braga (1857).

No domínio do património histórico, é sob o signo da destruição que Braga entra no Séc. XX. Primeiro com a demolição da cidadela medieval (1905), depois com a do Convento dos Remédios (1912). Iniciava-se o reinado do automóvel ao sabor de um urbanismo incoerente e casuístico, tendo unicamente em conta uma dinâmica orientada no alinhamento dos trajectos dos transportes públicos e na compartimentação social resultante dos processos de natureza especulativa.

Com o advento da República, Braga beneficiou do dinamismo dos seus políticos e duma edilidade activa, que dotou a cidade das infra-estruturas urbanas básicas.

O automóvel foi a batuta que orquestrou os principais andamentos urbanos, tendo a conversão do Passeio Público em Avenida sido a obra mais marcante. Construíram-se novos edifícios de feição monumental, em especial no topo da Avenida da Liberdade e reordenaram-se os jardins públicos, ao mesmo tempo que eram satisfeitos velhos anseios - a electricidade e a água ao domicílio (1913-15) e o melhoramento dos transportes públicos (o eléctrico, 1921).

Nos anos 20 teve origem, em Braga, a revolta militar, que implantou a Ditadura Nacional do Estado Novo. Ao contrário do que faria supor, a cidade sofreu um declínio económico, motivado pela falência do Banco do Minho e das múltiplas fábricas de chapéus. Porém o Governo, quiçá preocupado com a preservação da imagem da "reserva moral da nação", cedeu ao dinamismo do, então Presidente da Câmara, Santos da Cunha, que empreendeu um conjunto de obras públicas das quais resultaram novas áreas de expansão da cidade.

Consubstanciaram-se, fundamentalmente, na abertura da Avenida da Liberdade até ao Parque de S. João da Ponte (1951) e na implementação da Rodovia de duas faixas. Foram iniciativas que facilitaram a expansão da cidade até à margem esquerda do Rio Este e possibilitaram a instalação de um pequeno pólo industrial a Sudoeste da cidade.

Ao longo da rodovia desenvolveu-se uma área residencial de habitações individuais, intervaladas por novos edifícios escolares - a Escola Técnica (1958) e do Liceu Feminino (1964).

Surgiram entretanto, novos projectos deliberadamente enaltecedores do regime e enquadrados na política geral de obras públicas - o Estádio 28 de Maio, os bairros sociais periféricos, as novas escolas e os novos hospital e mercado.

No centro histórico, procedeu-se ao alargamento do Rossio da Sé, com vista a acentuar a sua monumentalidade. No sector NE, foram abertas as ruas Justino Cruz e Eça de Queiroz, proporcionando um desafogamento da área, quanto aos acessos e quanto à beleza da perspectiva do Jardim de Sta. Bárbara.

Braga não beneficiou de plano ordenado coerente. As tentativas goradas de conceber um plano de urbanização, primeiro a do Arq. Cristino da Silva (1933) e depois a do urbanista belga De Gröer, não evitou muitos dos problemas que então se adivinhavam.

5 — Braga, Hoje: Perspectivas e Tendências

Europeia a todo o vapor

Condicionada por um crescimento explosivo nos últimos 15 anos, Braga expressa bem as expectativas, os ideais e as contradições de uma sociedade urbana do Norte de Portugal no virar do século.

Com uma das populações mais jovem das cidades europeias, enfrenta, por um lado, os problemas inerentes ao crescimento e, por outro, os desafios que este lhe coloca.

Fruto do retorno das ex-colónias africanas (1975), da implantação da Universidade do Minho (1973) e do recente regresso de emigrantes naturais da região, que preferem investir na cidade cercana a voltar às suas aldeias, Braga tem crescido à custa da sua área rural envolvente. Este movimento tem sido acompanhado por uma política autárquica que tem promovido a oferta de habitação e a diversificação dos serviços, todavia, tem descurado os valores patrimoniais e a qualidade de vida.

Pese o facto, de ter realizado um forte investimento na compra de terrenos para a construção, conseguindo, de certa forma, controlar a especulação fundiária, o poder autárquico, curiosamente, não encetou ainda uma política de planeamento urbanístico, deixando a cidade crescer ao sabor de uma dinâmica activa, porém, desarticulada. É preocupante constatar a densidade de ocupação prevista para alguns dos novos bairros em construção (Ex.: Bairro de Enfias e área de Lamações).

A cidade expande-se ao longo de uma mancha informe, estruturada em unidades territoriais, que correspondem aos loteamentos delineados sob as áreas de antigas quintas e propriedades agrícolas. Por outro lado, a volumetria urbana aumenta à custa dos espaços livres subsistentes, cujo ordenamento foi objecto de intervenções contraditórias e inacabadas, nas quais perduram gavetos, quintais e pardieiros.

Braga realiza um dos mais importantes certames nacionais de agricultura — a Feira AGRO — que tem possibilitado importantes negócios e a introdução de inovações na agricultura minhota. A criação do Parque de Exposições, contribuiu para uma maior diversificação das feiras e promoção das empresas da região, contudo, a reivindicação de um novo espaço para este fim, gerido pelos empresários, denota as insuficiências deste sector.

Do importante centro agrícola que foi, pela tradição das suas feiras, pelo comércio especializado (lojas de ferragens, adubos, utensílios e maquinaria agrícola, alguns ainda localizados no centro da cidade), Braga tem vindo progressivamente a dissipar a sua tradicional fisionomia rural. Apesar disso, é comum encontrarmos explorações agrícolas dentro do perímetro urbano, intervaladas por novas urbanizações.

A indústria, que conheceu um período de expansão em finais do Séc. XIX, não lhe confere hoje o atributo de cidade industrial. Apesar da importância da construção civil, dos têxteis, móveis de estilo e arte sacra, indústria mecânica e componentes electrónicos, da existência do Parque industrial de Celeirós e de outro em construção.

Braga conserva, desde tempos imemoriais, uma acentuada vocação administrativa e comercial. É no sector do comércio e serviços que se tem detectado o maior crescimento. A este facto não é estranha a criação da Universidade do Minho, cujo impacte do pólo de Braga foi de sobremaneira relevante, contando actualmente com quase 6 000 alunos.

Assim, o comércio e os serviços continuam a deter a maior expressão na economia da urbe, concentrando-se basicamente ao longo do espaço pedonal, definido pelo alinhamento da Rua do Souto e Ala Sul da Avenida Central, o cruzamento com a Rua Justino Cruz e o topo da Avenida da Liberdade.

O recente crescimento tem proporcionado, embora incipientemente, o aparecimento de núcleos secundários, onde se concentram serviços financeiros, administrativos e algum comércio não diário (Ex.: Maximinos e Quinta Sotto Mayor).

Finalmente, é necessário apontar a crescente importância do sector hotelereiro que regista uma forte expansão, resultante directamente da presença da numerosa população estudantil e indirectamente decorrente da alteração de hábitos sociais por estes aportada. Por outro lado, os cerca de 30 santuários que gravitam em torno de Braga, fazem com que este centro constitua, um dos principais centros de turismo religioso.

IV. O Vale do Ave

A estrutura económica do Vale do Ave é sobretudo marcada pela indústria transformadora. Em 1988, os distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo e Aveiro representavam 53% do emprego industrial do Continente, a AMP detinha 18% e o Ave era responsável por 14% do total (os concelhos mais industrializados do Ave são Guimarães, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão). Em termos sectoriais, a têxtil/vestuário absorve no Continente 35.8% do emprego industrial, cabendo 11.5% ao Ave, o que significa que cerca de um terço do emprego da Têxtil está localizado nesta área (o que corresponde a mais de 80% do emprego industrial local). No Ave estão localizadas 9 das maiores empresas de "fiação, tecelagem e acabamento de algodão, fibras artificiais, sintéticas e mistas", 8 das 10 maiores empresas nacionais fabricantes de "têxteis em obra" (com excepção do vestuário) e 3 das 10 maiores empresas fabricantes de malhas, o que demonstra bem o seu significativo peso na produção industrial, emprego, competitividade e exportação na e para a economia nacional.

O modelo de desenvolvimento está associado a um processo de industrialização rural difusa, baseado na fileira produtiva da indústria têxtil-vestuário, com raízes históricas que remontam à produção do linho e à implantação do Têxtil do algodão a partir de meados do século XIX. O tecido produtivo regional está normalmente relacionado com as estruturas endógenas (origem do capital investido, formas de reprodução da força de trabalho, organização da produção e gestão, formas e relações empresariais, ...), com um forte peso das PME(s) e micro-empresas, com formas de valorização do capital baseadas nos baixos custos da mão de obra e emprego pouco qualificado e em processos tecnologicamente pouco intensivos, com um fraco recurso a serviços à produção e uma certa passividade face aos mercados internacionais, ...

Nesta área domina a fileira produtiva ligada aos produtos da têxtil-lar e do vestuário, que se estruturam localmente de diferentes formas, ainda que tenham em comum a dependência do design e dos canais de distribuição internacionais.

O tecido produtivo ligado ao vestuário relaciona-se com diversos factores. Trata-se de um "produto moda", muito dependente do design, com um período de vida muito curto (na maioria das vezes só com poucas semanas de permanência no mercado), portanto de forte rotatividade e de pequenas séries, não havendo uma moda para cada estação do ano, mas modas ao longo do ano. Esta variabilidade exige uma proximidade

entre os mercados de consumo e os locais de produção e uma facilidade e rapidez de comunicação que beneficia naturalmente Portugal, comparativamente com os seus concorrentes internacionais.

Os grandes canais de distribuição internacionais dominam e organizam a fileira produtiva. Assim, o produto é desenhado por designers das grandes cadeias, as quais subcontratam directamente e/ou, sobretudo, indirectamente, através de "tradings" localizadas no Porto, as fases de produção mais intensivas em mão de obra, designadamente em pequenas e médias empresas do "Vale do Ave" (a Área Metropolitana do Porto e, nas malhas, Barcelos, são, também, importantes áreas de laboração destas actividades). O produto, além de desenhado, vem muitas vezes modelado e cortado, sendo simplesmente confeccionado cá. O papel das "tradings" é crucial, pois a elas cabe fazer os contactos internacionais, aceitar as encomendas e organizá-las nos diferentes confeccionadores, acompanhar a laboração do produto, controlando a qualidade e os prazos de entrega, e por fim tratar da burocracia respeitante ao despacho das encomendas. Funcionam como intermediários, desempenham uma importante acção na formação, incentivação, qualificação e acompanhamento técnico, em suma, na valorização das empresas locais com quem trabalham.

Na Têxtil-lar, o funcionamento é ligeiramente diferente: trata-se de um produto também de moda, mas com menor rotatividade que o vestuário. No Vale do Ave localizam-se um grande número de empresas que se dedicam tradicionalmente à produção de produtos do lar, incluindo fiação, tecelagem, acabamentos e confecção. Estas empresas, internamente com serviços administrativos que lhes permitem o contacto externo mantêm, na sua maioria, relações directas com os seus clientes. O design dos produtos pode ser elaborado nas empresas locais e/ou por grandes empresas estrangeiras que criam os produtos e subcontratam em Portugal o processo produtivo (não é uma contratação de uma fase produtiva mais intensiva em mão de obra, a confecção, mas da realização de toda a produção). Estas médias/grandes empresas do Ave, realizam internamente as fases mais intensivas em capital (fiação e tecelagem), modelam e cortam o produto, e subcontratam algumas fases do processo produtivo, sobretudo a confecção a um grande número de pequenas empresas, normalmente localizadas num raio de poucos quilómetros. O controlo e a responsabilidade do produto final compete à empresa de contratação localizada no Ave. Localmente forma-se uma teia dominada pela empresa contratante, ela própria, por vezes, subcontratada internacionalmente, e um grande número de pequenas empresas locais.

A segmentação da produção e/ou a importância das relações de subcontratação, criaram condições para a sustentação e vitalidade da têxtil/vestuário e responderam às necessidades de adaptação às flutuações do mercado (irregularidades da procura e produção de pequenas séries), às diferentes exigências tecnológicas e de capital fixo

empregues no processo produtivo (designadamente, tinturaria, estampanaria, bordados, ...), às distintas características do mercado de trabalho, visando uma diminuição dos custos e um aumento do controlo laboral (recurso a mão de obra jovem, sobretudo feminina, não qualificada, usufruindo baixos salários, não declarada na Segurança Social, ...).

Trata-se do desenvolvimento de um modelo herdado, que localmente vingou e evoluiu, fruto de uma contínua adaptação às novas exigências do mercado. Nos últimos anos, com a forte concorrência designadamente de Hong-Kong, Coreia do Sul, Índia, Paquistão, China, Turquia, Grécia, mas também da Itália, ex-RFA, França e Bélgica-Luxemburgo, etc, o Vale do Ave atravessa um período de crise, de reestruturação e adaptação às novas condições da concorrência internacional. A conjuntura local é resultante da adaptação às novas condições da concorrência internacional, às mutações aceleradas dos mercados e produtos, das tecnologias e da organização da produção. A indústria proliferou segundo uma lógica dominante de baixos salários, fracos investimentos, uma classe empresarial passiva, pouco formada, com uma visão simplista e imediatista dos negócios.

Concluindo, a localização industrial e a estrutura segmentada da produção e do mercado de trabalho só poderão ser compreendidas com base no sistema produtivo integrado da Têxtil e do Vestuário e na posição que as diferentes empresas e o trabalho aí desempenham. Assim, enquanto que no vestuário a subcontractação internacional, directa ou indirecta (através das *tradings*) estrutura e dinamiza ou estrangula o tecido produtivo de um grande número de pequenas e médias empresas locais, na Têxtil-lar, compete sobretudo às grandes empresas locais contratar localmente pequenas empresas. Actualmente no Vale do Ave, poderemos encontrar um tecido produtivo muito diversificado, onde sobressai um grupo de empresas de dimensão variável (maiores na têxtil-lar e de média dimensão no vestuário) que têm investido na modernização tecnológica, recorrendo a mão de obra qualificada e sem procurar manter-se no mercado com base na diminuição dos custos de trabalho mas, pelo contrário, pelo recurso a uma gestão e estratégia de mercado eficiente, recorrendo a serviços de apoio à produção, internalizados ou não na empresa. Poderemos ainda encontrar, designadamente: médias e grandes empresas da Têxtil, tecnologicamente obsoletas, por ausência de investimentos nos últimos anos, sem estratégia de mercado, com incipientes formas de gestão e perto da falência; ou pequenas e micro-empresas, subcontractadas, a maioria dedicando-se à confecção, dependentes de outras empresas de produção ou de intermediários, recorrendo a mão de obra pouco qualificada e de baixo custos, jovens e mulheres, funcionando em garagens ou em caves, laborando ou parando a actividade em função das encomendas. A grande heterogeneidade de tipos de empresas explica-se pela diversidade

ao nível da actividade (desde a fiacção, tecelagem, tinturarias, bordados, lavandarias e confecções), da dimensão das empresas (desde empresas verticais com mais de mil trabalhadores até às micro-empresas subcontratadas), da classe empresarial (designadamente, o empresário tradicional da 2ª ou 3ª geração da Têxtil local ou o ex-operário/ex-encarregado de uma grande empresa que actualmente gera a sua micro-empresa, etc), do tipo mão de obra (desde a mão de obra infantil até ao técnico super especializado e qualificado), do nível tecnológico (desde as obsoletas até aos sistemas automáticos), da organização da produção (empresas contratantes, subcontratadas e/ou independentes), etc.

A compreensão da actual sobrevivência deste sector e da estrutura da organização produtiva, passa pelo reconhecimento da inserção social e espacial da actividade económica. De forma a ilustrar esta componente, salientamos:

— em termos demográficos, esta área registou um crescimento populacional acentuado (entre 1981 e 1991 aumentou 6.15%), para o qual contribuem as altas taxas brutas de natalidade (na década de noventa estiveram acima dos 15‰), originando uma estrutura etária jovem;

— a taxa de actividade das populações é elevada (46.9%, para 42.9% do Continente), dada a forte contribuição da mulher (38.7% no Ave para 29.4% no Continente) e dos jovens no mercado de trabalho;

— da população entre os 15 e os 19 anos, apenas 15% frequenta o ensino secundário (25% é a média do Continente); entre os 20 e os 24 anos, no ensino complementar estão 9.5% (19.8% no Continente); entre os 25 e os 29 anos só 2% têm formação superior (4.82% para o Continente);

— as famílias são genericamente maiores do que no Continente e integram mais activos (famílias com 4 e mais activos temos 4.6% no Continente para 11.6% no Ave);

— a mulher tem um comportamento instável no mercado de trabalho (começa a trabalhar muito cedo e abandona o trabalho quando tem 1 ou mais filhos) o que compromete a prossecução normal de carreiras profissionais; a entrada precoce no mercado põe em causa a formação escolar básica e entra em conflito com a formação profissional.

Este conjunto de indicadores de índole social justificam as actuais condições da organização da produção e sustentam a competitividade da ITV em termos internacionais.

Ainda que a actividade dominante nesta área seja a indústria, a agricultura, embora empregando em 1981 apenas 8% da população activa do Vale do Ave, desempenha um papel crucial. A invasão espacial da industrialização vem-se traduzindo por uma relativa estagnação da actidade agrícola, visível nas transferências do sector primário para o secundário e terciário. A indústria, a construção de habitações e o

desenho dos principais eixos viários concentram-se nos vales, onde justamente se encontram os solos de maior capacidade de uso agrícola, o que contribui, inevitavelmente, para a sua diminuição. A complementariedade de actividades reduz a importância relativa da agricultura que se "quintaliza" e quase se circunscreve ao consumo familiar. Ocupando os tempos livres e mantendo a ligação à terra, reproduz velhos rituais ruralistas que continuam enraizados (as vindimas são uma expressão disso, em Setembro, com os emigrantes familiares em férias). A produção para autoconsumo familiar tem vindo a diminuir nas áreas de matriz mais urbana e industrial e onde começa a ser predominante uma juventude que vai adquirindo outros hábitos, num processo acelerado de ruptura com "a terra" e com comportamentos cada vez mais semelhante aos que são característicos da suburbanidade

No que toca ao ordenamento do território, o Vale do Ave é uma área de povoamento disperso, em que a agricultura, a indústria, o comércio a retalho e os serviços se misturam e se pulverizam pelo território, apoiando-se numa rede viária muito apertada, que vai desde as estradas nacionais às municipais e aos caminhos rurais, originando um contínuo urbanizado de formação espontânea e gradual, só estruturado pelos cursos de água, o caminho de ferro (com raízes na localização da indústria mecânica do linho e do algodão) e a actual rede rodoviária. Assim, esta região apresenta um modelo de industrialização e urbanização difuso e uma malha urbana muito densa, composta por centros urbanos de reduzida dimensão relativa, com centralidades indefinidas e fracas concentrações atendendo à importância do potencial demográfico e económico regional, originando uma "centralidade em rede" onde os diferentes tipos de serviços (sobretudo apoiados na fileira têxtil/vestuário) e comércio se repartem pelos aglomerados urbanos de melhor acessibilidade local e regional (Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso). A fixação de serviços às empresas assenta numa lógica de integração vertical na especialização das fileiras industriais têxtil-vestuário, com uma clientela potencial. Assim, há um reforço de centralidades alternativas à Área Metropolitana do Porto, relacionadas sobretudo com a especialidade regional (laboratórios têxteis, design, modelismo, CAD/CAM, ...) e que não estão necessariamente subalternizadas às funções metropolitanas.

Em termos de valorização dos serviços regionais, a estratégia seguida nos últimos anos tem apontado para um investimento local de estruturas de formação e de serviços de nível superior, donde destacamos o pólo da Universidade do Minho, localizado em Guimarães, o Centro Tecnológico da Indústria Têxtil, com um projecto para Vila Nova de Famalicão, um pólo do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto com projecto para o concelho de Guimarães e em Santo Tirso o Centro de Informação e Dinamização Empresarial (CIDE).

O Vale do Ave pela sua importância nacional, em termos de produção industrial, emprego, competitividade e exportação, e por se tratar de uma área-problema em face da necessidade de reestruturação e modernização da indústria têxtil/vestuário, foi objecto de uma Operação Integrada de Desenvolvimento (OID), para a qual foram realizados os Estudos Preparatórios no ano de 1988. A principal virtude destas operações está numa filosofia de intervenção integrada, na qual se concentram instrumentos de política e verbas reforçadas, dirigidas a objectivos pré-estabelecidos, até 1993. A estratégia de intervenção assenta em seis objectivos: "valorização da actividade produtiva e da capacidade empresarial existente, reforçando os elementos de inovação e diversificação; melhoria dos níveis de formação escolar e profissional; aumento da velocidade de circulação da informação, de pessoas e mercadorias e melhoria do acesso ao exterior; desbloqueamento da situação de ruptura na utilização dos recursos naturais; promoção da imagem do Vale do Ave e melhoria do quadro cultural e de vida das populações; valorização dos recursos e reforço da capacidade de intervenção para o desenvolvimento dos Municípios envolvidos na O.I.D. das instituições públicas e outras entidades mais directamente relacionadas com a estratégia proposta". Com base nestes objectivos surgiram um leque diversificado de propostas, nas várias componentes do desenvolvimento regional - educação e formação profissional, saúde, saneamento básico, sistemas de transporte, rede de telecomunicações, modernização e diversificação industrial, desenvolvimento agrícola, etc.

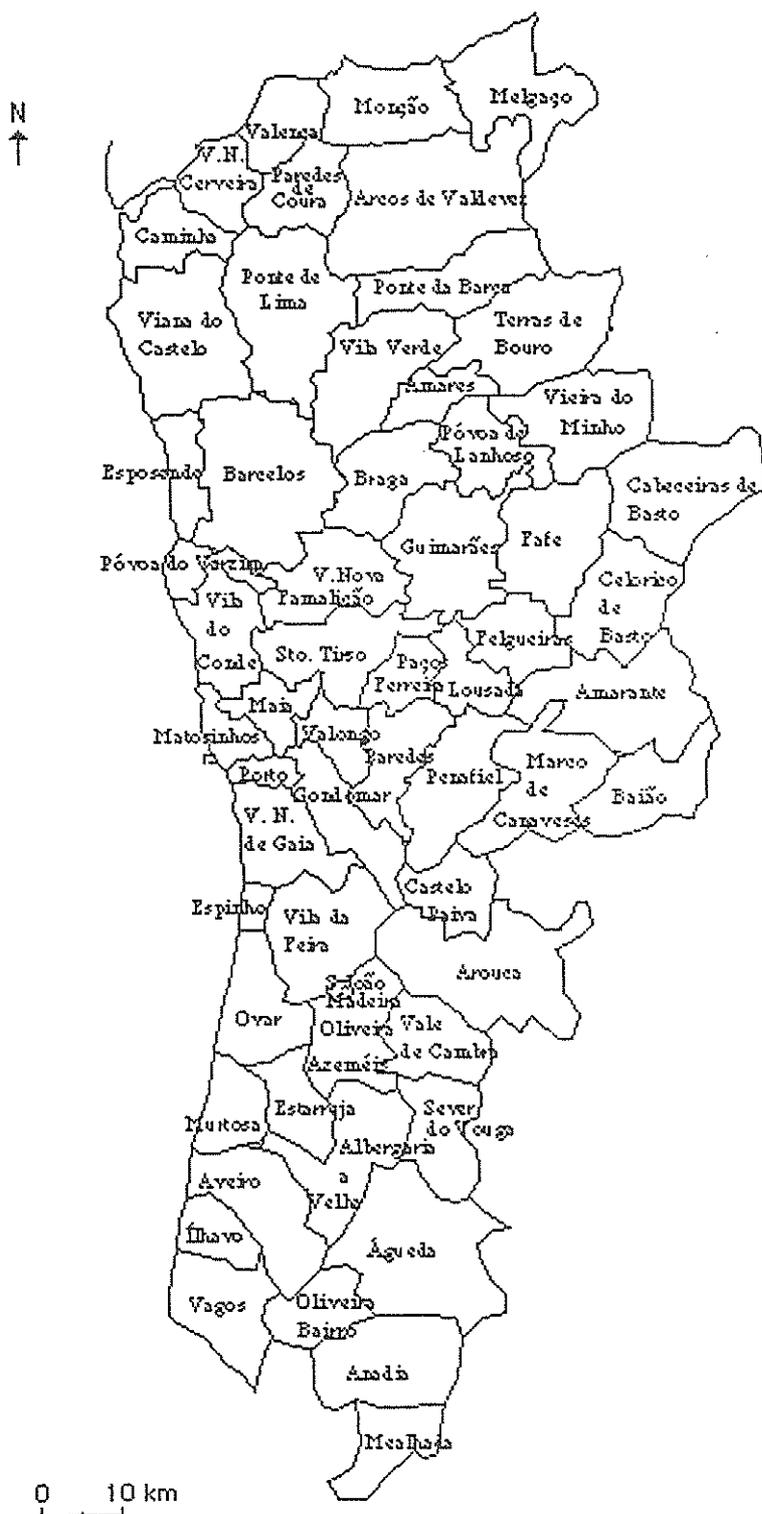
Estamos quase em finais de 1992 e uma leitura apressada parece indicar-nos uma falta de concretização da OID, em face dos objectivos e expectativas criadas em volta desta região. Está actualmente em curso um estudo de avaliação das intervenções já levadas a cabo nesta área, encomendado pela *Associação de Municípios do Vale do Ave*, até ao final do ano, o qual aguardamos.

BIBLIOGRAFIA

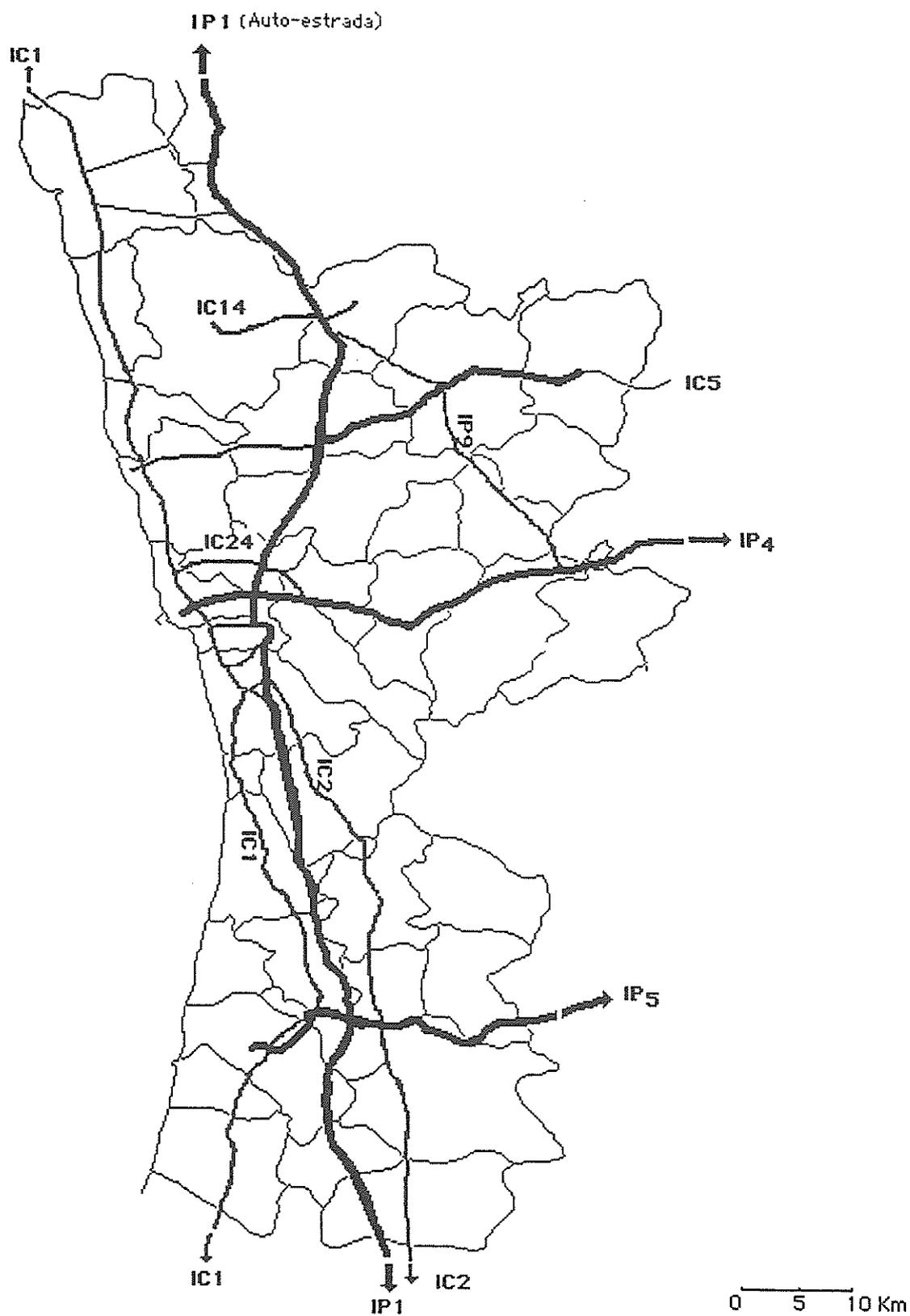
- ABREU, Alberto A. de — *Evolução Arquitectónica e Urbanística da Área Envolvente da Igreja de S. Bento*. Ed. de Autor, policopiado, Viana do Castelo, 1989.
- ABREU, Alberto A. de; CAPELA, José V. E. e MOREIRA, Manuel A. F. — *Viana-o Mar e o Porto*. Ed. da J. A. P. N. Viana do Castelo, 1987.
- ALMEIDA, C. A. Ferreira de — *Alto Minho*. Ed. Presença, Col. Novos Guias de Portugal. Lisboa, 1987.
- ARAÚJO, M. — *Indústrias de Braga (Notas de um Jornalista)*. Braga: Tip. da "Pax", Rua Nova de Sousa, 1928.
- AURORA, Conde de — *Roteiro da Ribeira Lima*. Ed. de Autor. Ponte de Lima, 1929.
- CALDAS, João V. e GOMES, Paulo V. — *Viana do Castelo*. Ed. Presença. Lisboa, 1990.
- CARVALHO, Agostinho de — *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-75, Perspectivas de desenvolvimento da agricultura*, Oeiras, CEEA, FCG, 1984.
- CARVALHO, Agostinho de; et. al. — *Sistemas agrários do Entre-Douro-e-Minho*, Porto, CVRVV, Porto, 1990.
- CARVALHO, Agostinho de; HENRIQUES, Renato (orgs.) — *A produção e industrialização do leite em Portugal*, Afrontamento, Porto, 1990.
- CARVALHO, Agostinho de; HENRIQUES, Renato (orgs.) — *A questão do leite em Portugal e a integração na CEE*, Afrontamento, Porto, 1987.
- CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA — *Regulamento Municipal de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico da Cidade de Braga*. Braga: Pelouro do Ambiente e Cultura.
- C. D. E. E. — *O.I.D do Vale do Ave*, Porto, 1988.
- COSTA, L. — *Braga - Roteiro Monumental e Histórico do Centro Cívico*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1985.
- CUNHA, Diogo — *Architecture et urbanisme en territoire disperse*, s. l., 1988 (policopiado).
- DIONÍSIO, Santana (Org.) — *Entre Douro e Minho*. Guia de Portugal, Vol. IV, Tomo II. Ed. fundação Calouste Gulbenkian. 2ª Edição. Coimbra, 1986.
- DOMINGUES, A.; MARQUES, T. — *Produção industrial, reprodução social e território*, «Revista Crítica de Ciências Sociais», Nº 22, 1987, pp. 115-142.
- DOMINGUES, A. — *Terciarização e centralidade - tendências locativas dos serviços à produção e reconfiguração da rede urbana do NO de Portugal*, paper presented to the I Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional (APDR), Aveiro, 1990.
- FEIO, A. — *Coisas Memoráveis de Braga e Outros Textos*. Braga: Universidade do Minho/Biblioteca Pública, 1984.
- FERNANDES, Francisco J. C. — *Viana Monumental e Artística-Espaço Urbano e Património de Viana do Castelo*. Ed. do Grupo Desportivo e Cultural dos E. N. V. C., E. P. Viana do Castelo, 1990.
- FERNANDES, J.A.; MARTINS, L.P. — *A Área Central dos Aglomerados Urbanos do Norte de Portugal*, Porto: Universidade do Porto, 1988.
- FGT — *Proposta para a Criação de um Parque de Ciência e Tecnologia no Porto*, Fundação Gomes Teixeira, Universidade do Porto, 1991 (policopiado).
- FIGUEIREDO, António (Coord.) — *L'Aire Métropolitaine de Porto en tant que Milieu Innovant Potentiel, Étude Prospective des Régions Atlantiques*, CCRN, Porto, 1991.
- FIGUEIREDO, António (coord.), DOMINGUES, A. e MARQUES, T. — *Ante-projecto do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto*, Porto, policopiado, 1991.
- FUNDAÇÃO GOMES TEIXEIRA — *Parque de Ciência e Tecnologia do Porto*, Porto, FGT/Universidade do Porto, 1991.
- GUERRA, Luís Figueiredo da — *Viana do Castelo*. Tipografia Comercial "A Aurora do Lima", Viana do Castelo, 1923.
- GUIA DE PORTUGAL — *Entre Douro e Minho, II - Minho*, 4º Vol. (2ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- MAGALHÃES, Gonçalo — *O papel da adegas Cooperativas de Ponte de Lima como motor de reestruturação vitícola*, Porto, CVRVV, 1987.
- MAGALHÃES, M. Madalena F. A. — *A pluriactividade no Vale do Ave*, Poerto, 1985.
- MAGALHÃES, M. Madalena F. A. — *A Rede Urbana da Região do Norte*, Porto, 1985.
- MARQUES, J. — *Braga Medieval - Ensaio I*. Braga: Livraria Cruz, 1983.

- MARQUES, Helder — *Região de marcada dos vinhos verdes*, «Revista da Faculdade de Letras — Geografia», I Série, vol. III, Porto, 1987, pp. 135-242.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha — *Níveis Urbanos do Noroeste de Portugal*, «Revista da Faculdade de Letras — Geografia», I Série, vol. III, Porto, 1987, pp. 59-133.
- MOREIRA, Manuel A. F. — *O Município e os Forais de Viana do Castelo*. Ed. da C. M. de Viana do Castelo. Viana do Castelo, 1986.
- MOREIRA, Manuel A. F. — *O Porto de Viana do Castelo na Época dos Descobrimentos*. Ed. da C. M. de Viana do Castelo. Viana do Castelo, 1984.
- NÓBREGA, V.O. — *Pedras e Armas Tumulares do Distrito de Braga*, Vol.II, Tomo II. Braga, 1971.
- OLIVEIRA, E.P. — *Anais de Braga (1852-1859)*. Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 1982.
- OLIVEIRA, E.P. — *Estudos Bracarense I - As alterações toponímicas (1380-1980)*. Braga: ASPA, 1982.
- OLIVEIRA, E.P. — *Braga - Evolução da Estrutura Urbana*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1982.
- Plano Integrado de Reabilitação e Revitalização do Centro Histórico de Braga - 1ª e 2ª Fases*. UTOPOS - Direcção Geral do Equipamento Regional e Urbano, 1983.
- RIBEIRO, Orlando — *Geografia de Espanha y Portugal*, Tomo V, Barcelona, 1955.
- RIBEIRO, Orlando — *O Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1987.
- ROCHA, R. — *Mapa das Ruas de Braga*. Elaborado por determinação de Franciscus Pacheco Pereyra, Provisor do Arcebispado em 1750. Restaurado em 1978. Braga: Arquivo Distrital de Braga - Universidade do Minho (publicação em reprodução reduzida), 1990.
- SILVA, Rosa F. M. — *Paisagem agrária das planícies e colinas minhotas — contrastes e mutações*, Porto, 1981.
- VÁRIOS — *Distrito de Braga - Demografia, Educação, Economia, Património e Política*. Braga: Governo Civil de Braga, 1989.
- VÁRIOS — *Povos e Culturas*, nº 2 (A Cidade em Portugal: Onde se Vive). Universidade Católica Portuguesa, 1987.
- VIEIRA, José A. — *O Minho Pitoresco*, Tomo I, Ed. do Rotary Club de Valença, Valença, 1986. 1ª edição: Lisboa, 1886.

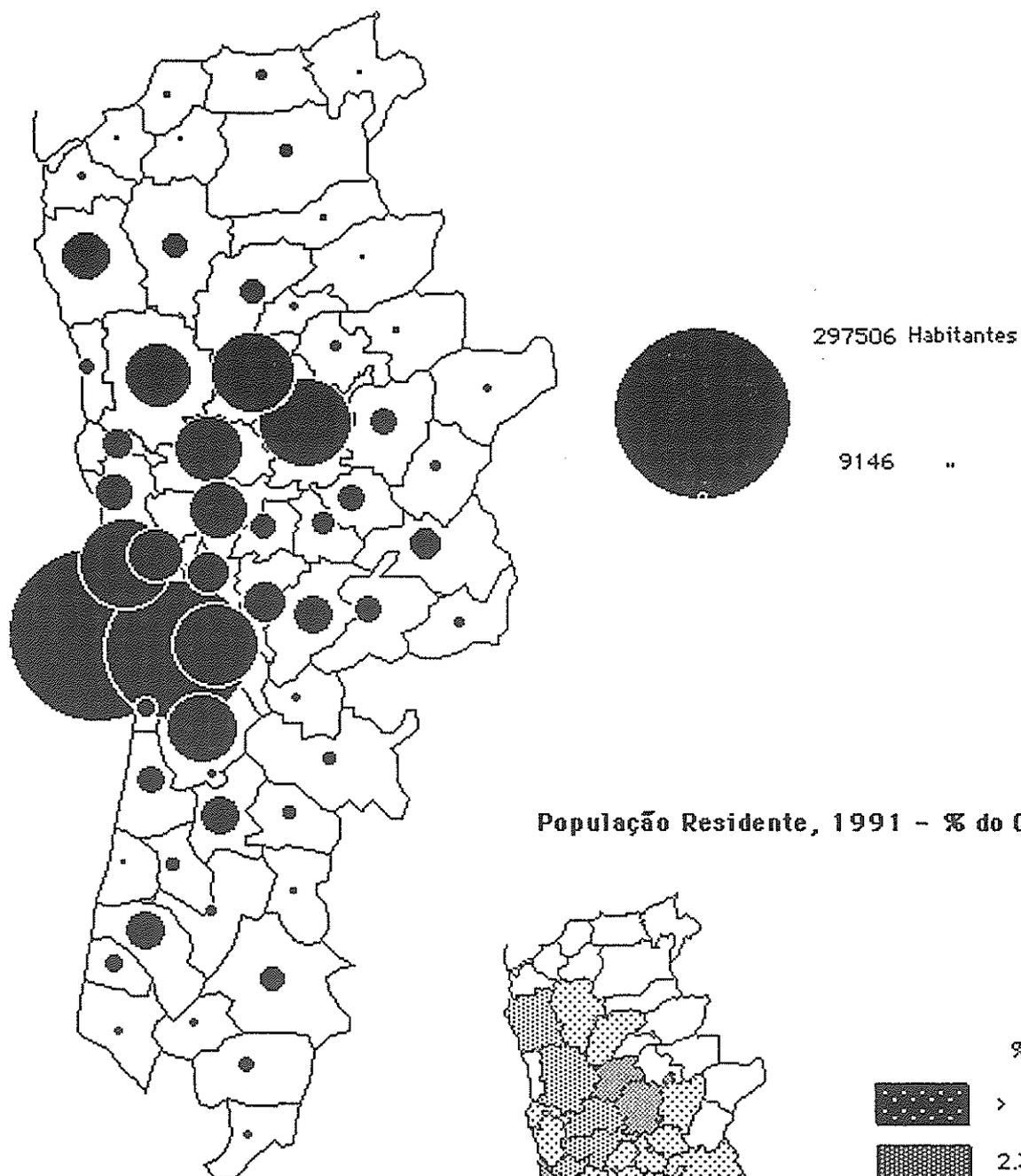
Municípios dos Distritos de Aveiro, Braga, Porto e Viana do Castelo



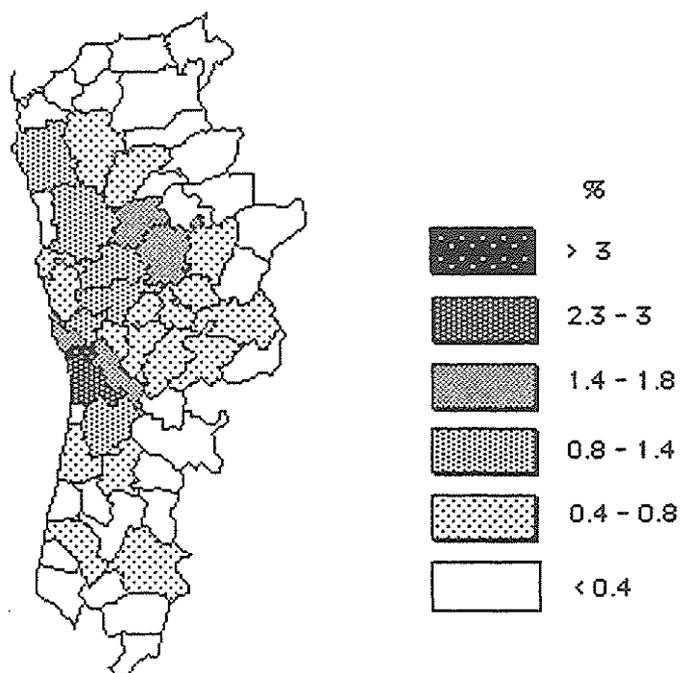
Rede Viária Principal (construída ou projectada)



População Residente - por concelhos - 1991.

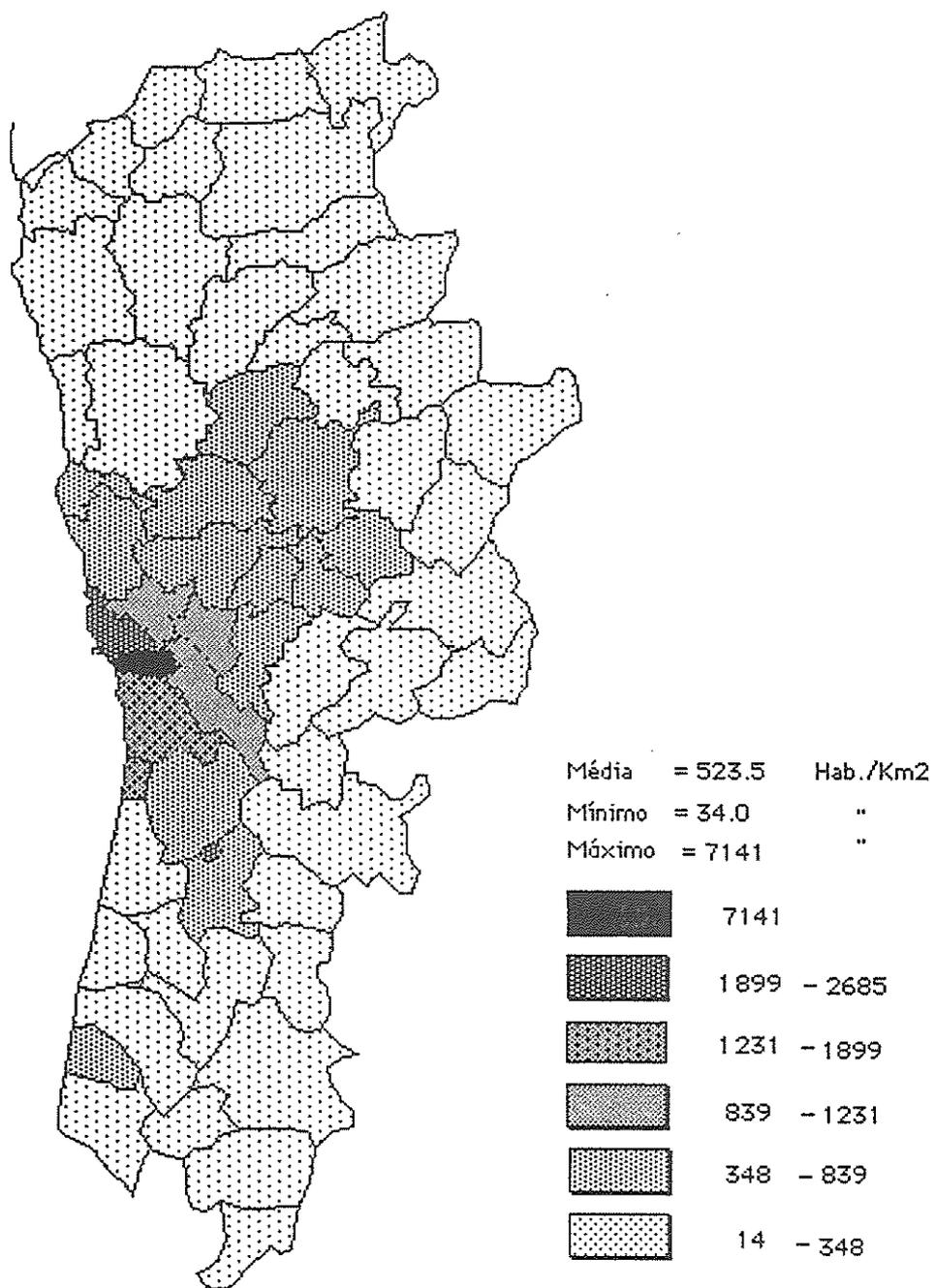


População Residente, 1991 - % do Continente



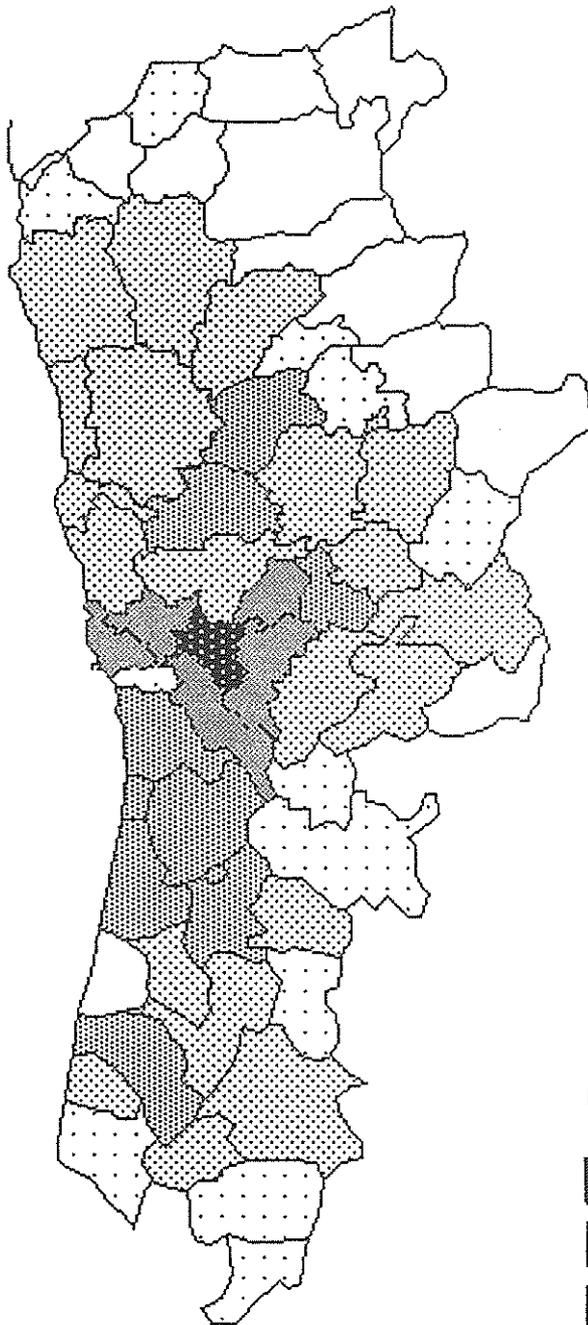
Fonte: Recenseamento da População, 1991.

Densidades Populacionais - 1991



INE: RECENSEAMENTO DA POPULAÇÃO, 1991.

Variaco da Populao - 1960/1991*



Média = 17.31%

%

De 116.40 a 127.17

De 56.73 a 78.26

De 35.64 a 56.73

De 0 a 35.64

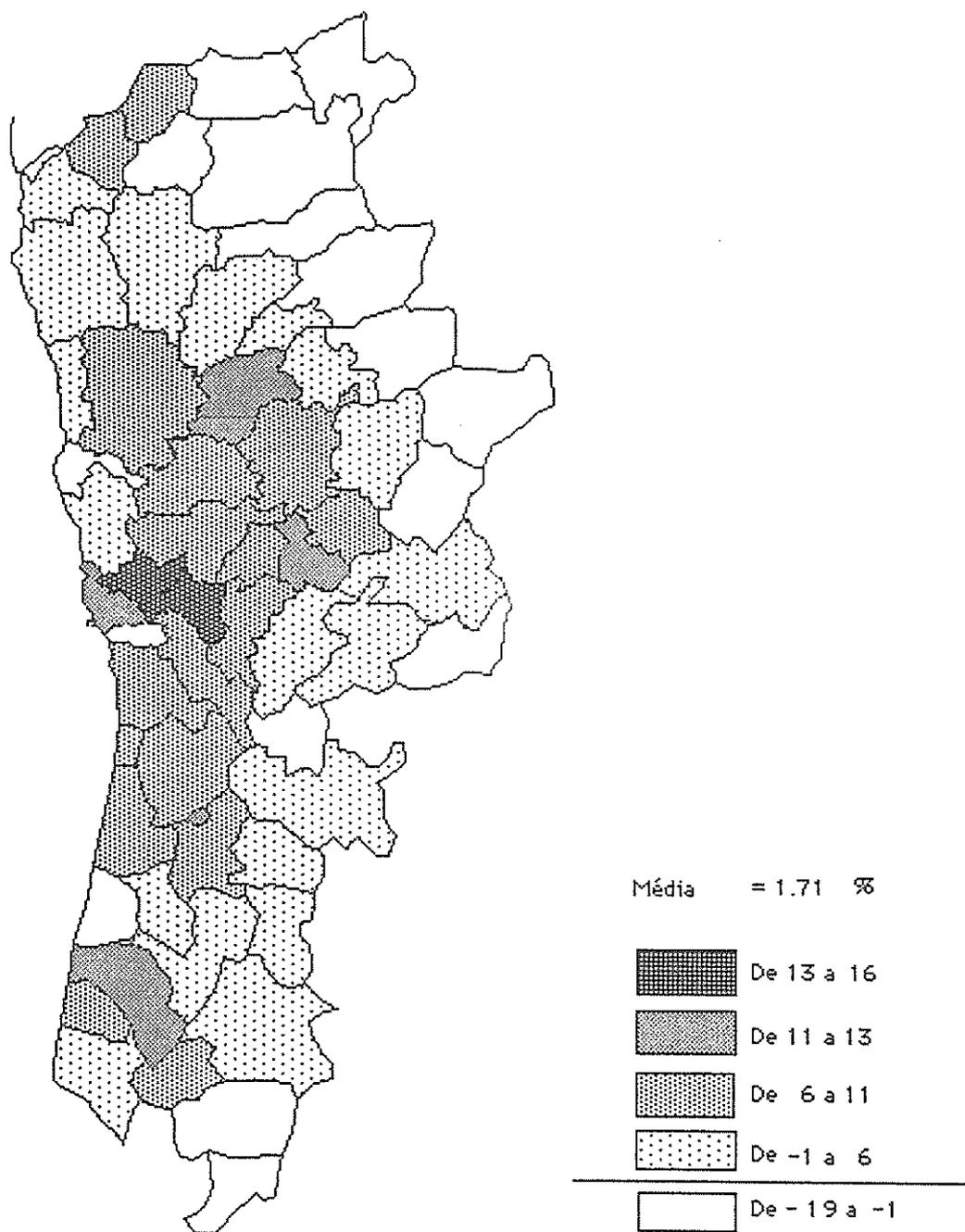
De -15.06 a 0

De -40.64 a -15.06

* Var. da Pop. = $(\text{Pop.1960} - \text{Pop.1991}) / \text{Pop.1960} * 100$

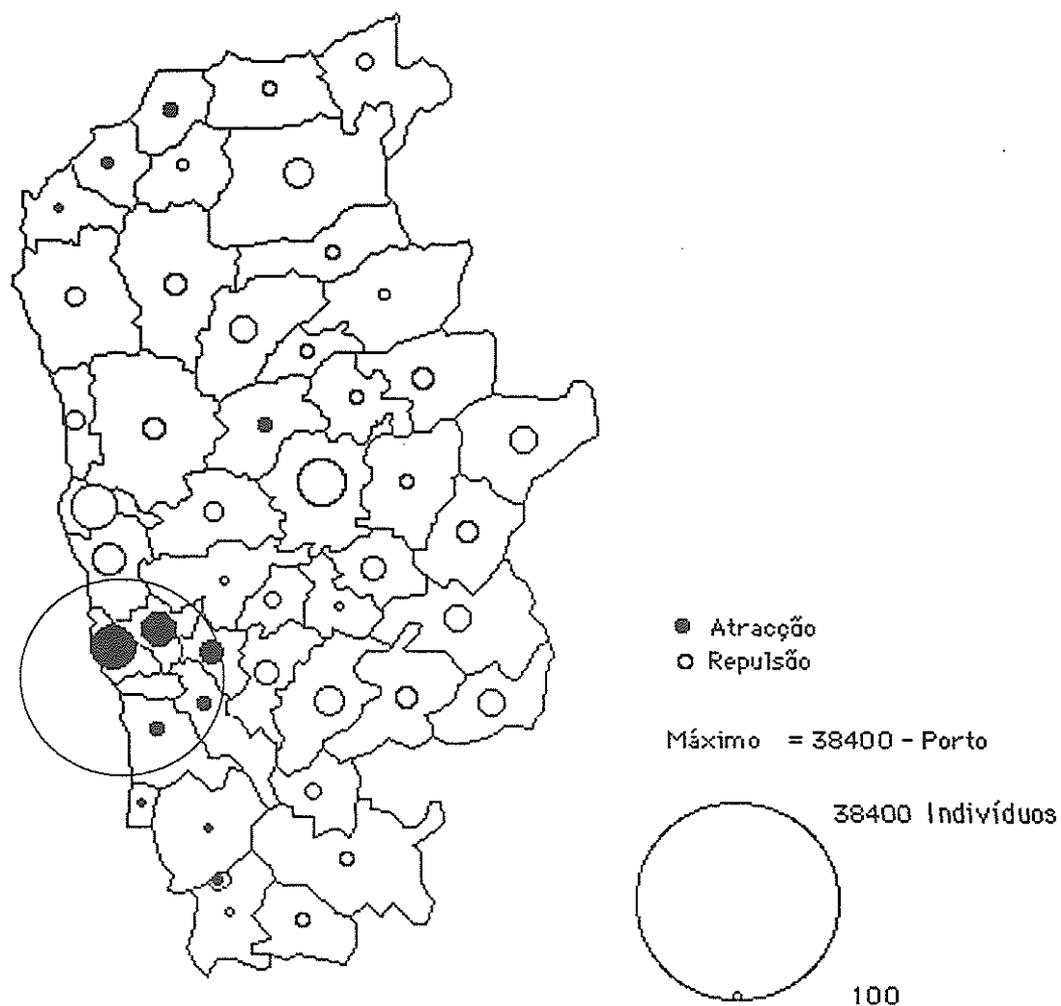
Fonte: INE, recenseamentos da Populao, 1960 e 1991.

Varição da População - 1981/1991



Fonte: Recenseamento da População, 1981 e 1991.

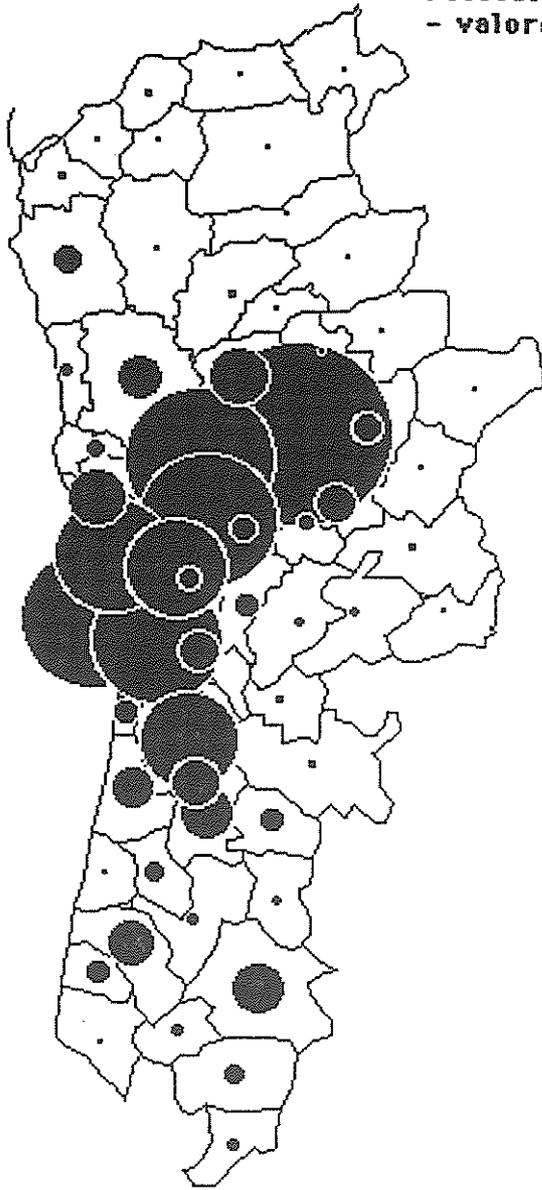
Atracção e Repulsão Populacional - 1981/1991*



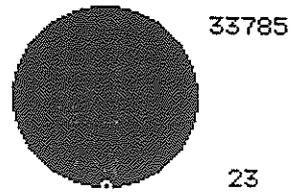
* =População Residente 1991 - (População Residente 1981+ Crescimento Natural 1981/90)

Fonte: INE, Recenseamentos Geral da População - 1981, 1991.
Estatísticas Demográficas - 1981 a 1990.

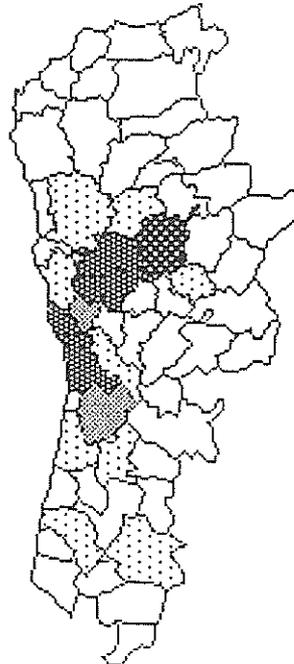
Pessoas ao serviço na indústria por concelho
- valores absolutos - 1988



Pessoas ao serviço na indústria



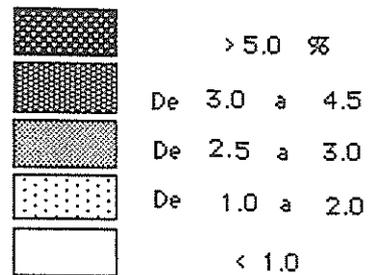
Pessoas ao serviço na indústria por concelho
- % do Continente - 1988.



Média = 0.90 %

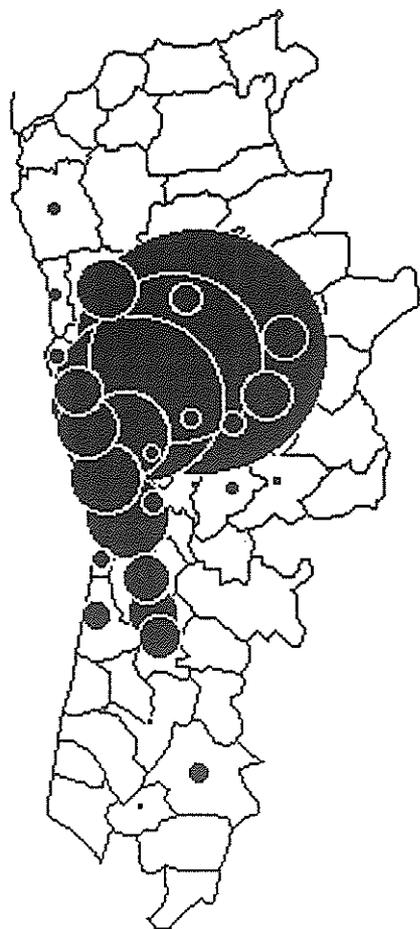
Mínimo = 0.00 %

Máximo = 5.52 %

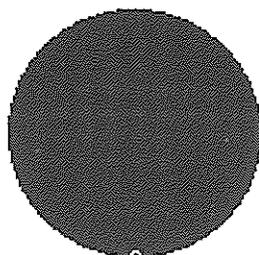


Fonte: INE, Estatísticas Industriais, 1988.

**Emprego nas Ind. Têxteis/Vestuário,
por concelho - valores absolutos - 1988.**



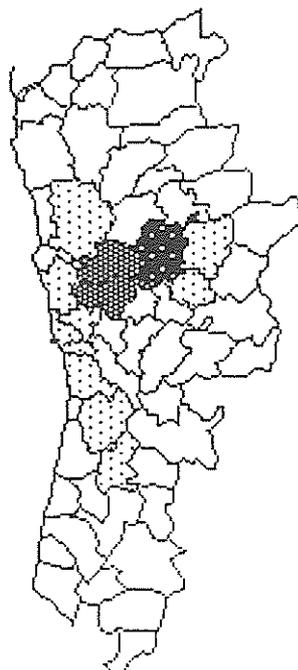
Mínimo = 83 Pessoas ao serviço
Máximo = 29923 "



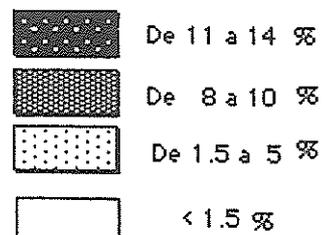
29923 Pessoas ao serviço

83 "

**Emprego nas Ind. Têxteis/vestuário, por concelho -
- % do Continente - 1988.**

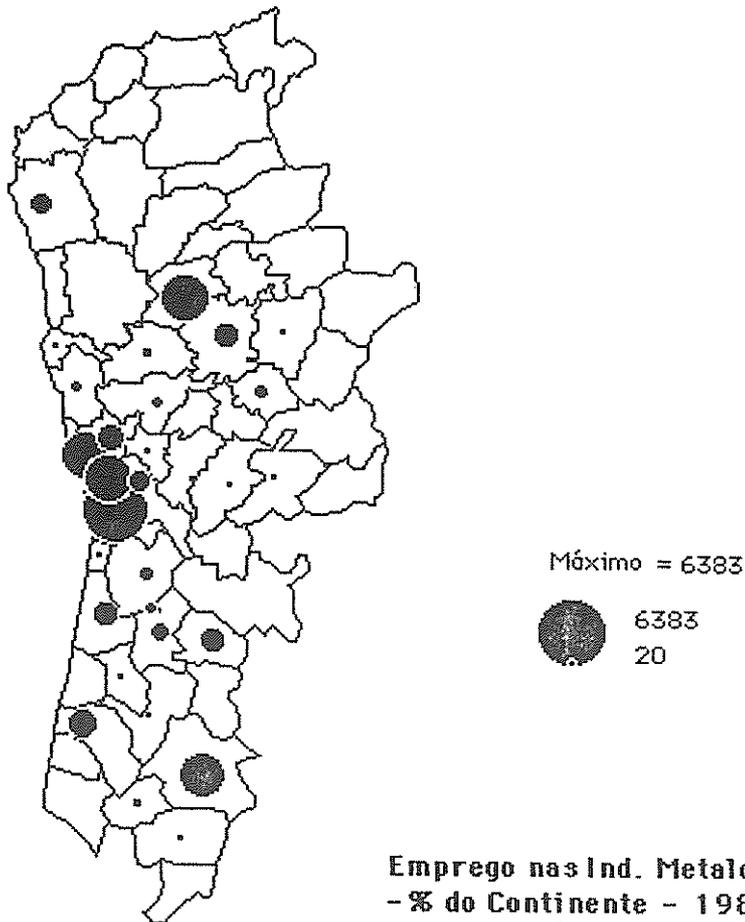


Média = 1.11%
Máximo=13.67%

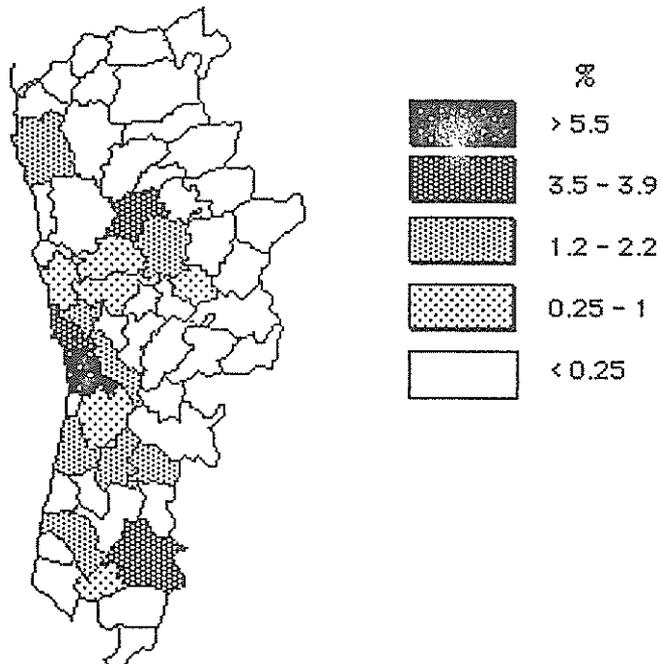


Fonte: INE, Estatísticas Industriais, 1988.

**Emprego nas Ind. Metalomecânica e Eléctrica,
por concelho - valores absolutos - 1988.**

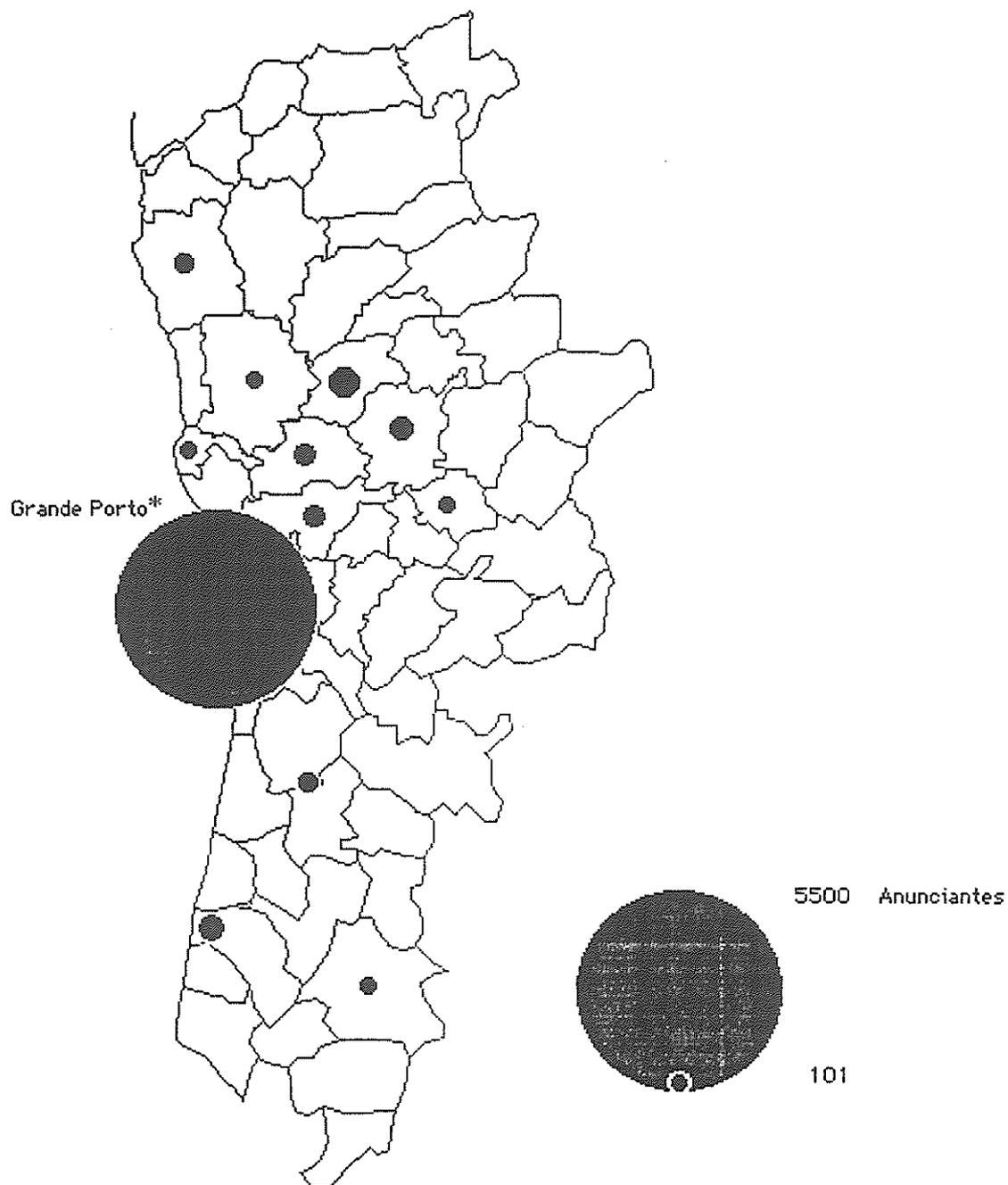


**Emprego nas Ind. Metalomecânica e Eléctrica,
- % do Continente - 1988.**



Fonte: INE, Estatísticas Industriais, 1988.

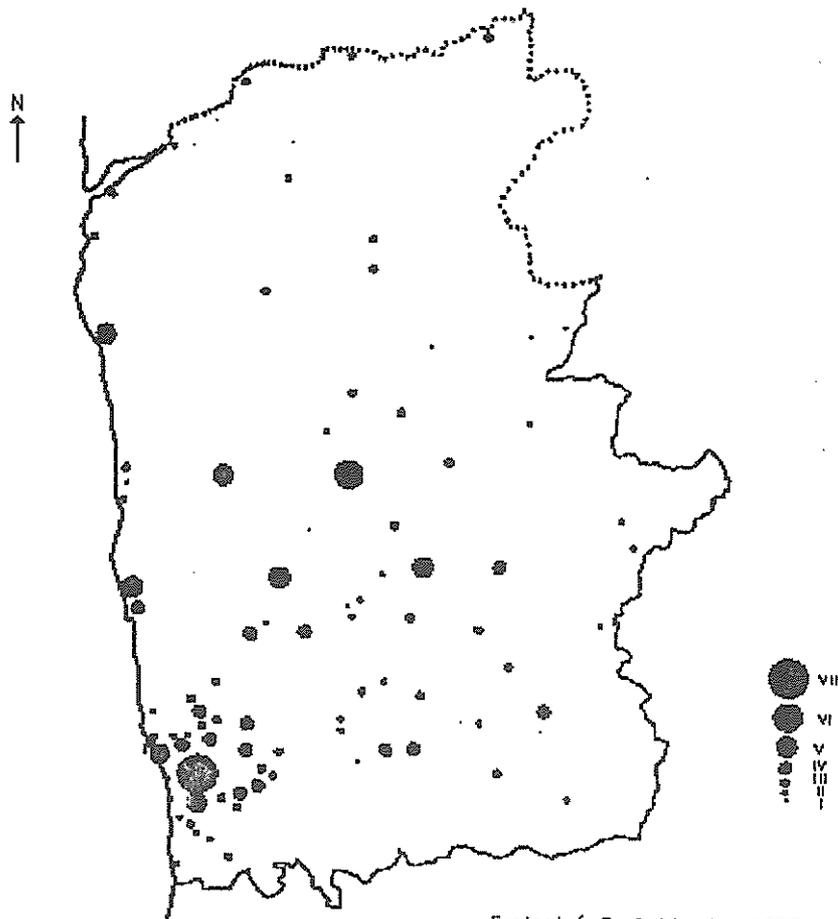
**Preços de Apoio à Produção — Centros Urbanos com mais
100 Anunciantes nas Páginas Amarelas em 1988-89**



* Municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Valongo e Vila Nova de Gaia

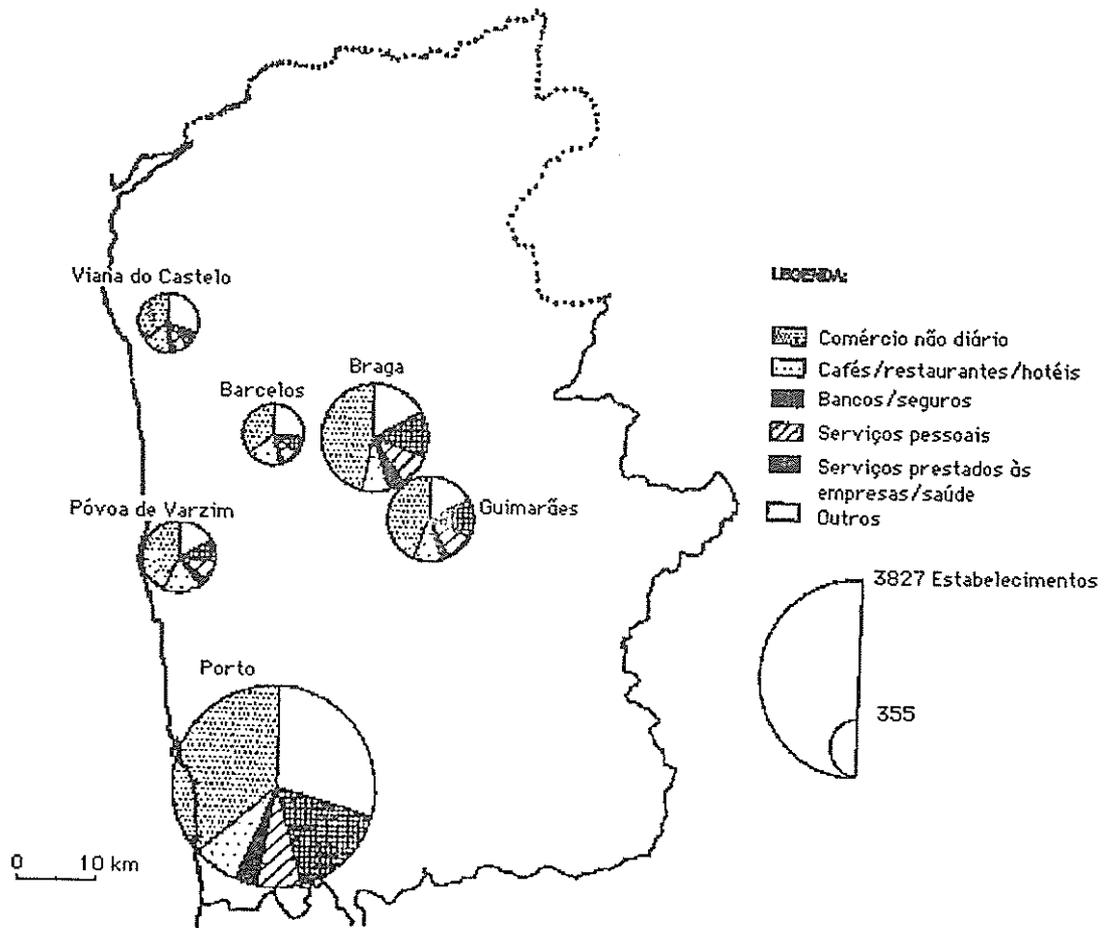
Fonte: Álvaro Domingues, 1991

Níveis dos aglomerados com base no comércio a retalho em 1982



Fonte: Luís Paulo Martins, 1987

Dimensão e tipo de ocupação funcional nas áreas centrais



Fonte: J. A. Rio Fernandes, Luís Paulo Martins, 1988

DADOS DEMOGRAFICOS

	POPULAÇÃO			Variação da População (%)		Cresc. Natural	Atracc./Repuzã	Dens. Pop.
	1960	1981	1991	1960/91	1981/91	1981/91	1981/91	Hab./Km2
Aqueda	35274	43162	44167	-22,4	-2,3			132
Albergaria a Velha	18446	21356	21866	-15,8	-2,4			140
Alijó	23511	18846	16300	19,8	13,5	2,65	-16,16	55
Amarante	47823	54159	55475	-13,2	-2,4	9,62	-7,19	185
Amares	16845	16478	16627	2,2	-0,9	8,7	-7,79	203
Anadia	29039	29601	28909	-1,9	2,3			133
Arcos de Valdevez	38739	31156	26345	19,6	15,4	-0,71	-14,74	59
Arouca	26378	23896	23923	9,4	-0,1	6,73	-6,62	73
Aveiro	46055	61126	68325	-32,7	-11,8			346
Baião	28864	24438	21946	15,3	10,2	5,23	-15,42	125
Barcelos	83211	103773	111788	-24,7	-7,7	10,46	-2,73	295
Braga	92938	125472	140069	-35,0	-11,6	10,47	1,16	763
Cabeceiras de Basto	21141	18997	16365	10,1	13,9	7,27	-21,13	68
Caminha	16688	15883	16085	4,8	-1,3	0,34	0,93	118
Castelo de Paiva	17756	17026	16551	4,1	2,8	8,43	-11,22	144
Celorico de Basto	24392	22671	21647	7,1	4,5	8,63	-13,14	120
Espinho	23084	32409	35177	-40,4	-8,5	7,75	0,79	1642
Esposende	23966	28652	29589	-19,6	-3,3	10,3	-7,03	311
Estarreja	25213	26107	26478	-3,5	-1,4			245
Fafe	43782	45828	47817	-4,7	-4,3	7,71	-3,37	218
Feigueiras	38895	48015	51084	-23,4	-6,4	13,03	-6,64	429
Gondomar	84599	130751	141471	-54,6	-8,2	7,3	0,9	1062
Guimarães	116272	146959	156505	-26,4	-6,5	11,83	-5,33	607
Ílhavo	25108	30103	32185	-19,9	-6,9			429
Lousada	27447	37904	42450	-38,1	-12,0	12,69	-0,7	423
Maia	53643	81679	93061	-52,3	-13,9	7,24	6,69	1112
Marcos de Canaveses	39270	46131	48114	-17,5	-4,3	10,74	-6,44	238
Matosinhos	91017	136498	153206	-50,0	-12,2	6,74	5,5	2459
Mealhada	17478	19134	17466	-9,5	8,7			
Melgaço	18211	13246	10810	27,3	18,4	-4,64	-13,76	45
Monção	27393	23799	21830	13,1	8,3	-1,68	-6,59	103
Murtosa	12328	9602	9146	22,1	4,7			124
Oliveira de Azeméis	46263	62821	67219	-35,8	-7,0	7,47	-0,47	411
Oliveira do Bairro	16699	17402	18566	-4,2	-6,7			213
Ovar	35320	45119	49558	-27,7	-9,8			331
Paços de Ferreira	27537	40687	44083	-47,8	-8,3	12,82	-4,47	607
Paredes	43388	67693	72651	-56,0	-7,3	12,81	-5,48	464
Paredes de Coura	14886	11311	10421	24,0	7,9	-1,79	-6,07	76
Penafiel	49924	64267	67304	-28,7	-4,7	11,05	-6,33	316
Ponte da Barca	16265	13999	13087	13,9	6,5	3,42	-9,94	71
Ponte de Lima	42979	43797	43383	-1,9	0,9	5,62	-6,56	135
Porto	303420	327368	297506	-7,9	9,1	2,6	-11,72	7141
Póvoa de Lanhoso	22033	21092	21544	4,3	-2,1	9,73	-7,59	163
Póvoa de Varzim	40444	54248	52365	-34,1	3,5	10,09	-13,56	639
S. João da Madeira	11921	16444	18483	-37,9	-12,4	9,4	3	2279
Santo Tirso	77130	93482	101810	-21,2	-8,9	8,98	-0,07	492
Sever do Vouga	14077	13547	13497	3,8	0,4			104
Terras do Bouro	11762	10131	9404	13,9	7,2	3,15	-10,32	34
Vagos	20250	18539	19116	8,4	-3,1			115
Vale de Cambra	20404	24224	24403	-18,7	-0,7	5,91	-5,17	167
Valença	16237	13948	14792	14,1	-6,1	-2,27	8,32	126
Valongo	33300	64234	74076	-92,9	-15,3	9,93	5,39	1015
Viana do Castelo	75320	81009	82755	-7,6	-2,2	4,68	-2,53	259
Vieira do Minho	18920	17931	15688	5,2	12,5	4,2	-16,71	71
Vila da Feira	83483	109531	118864	-31,2	-8,5	8,47	0,05	557
Vila do Conde	48806	64402	64098	-32,0	0,5	7,65	-8,12	429
Vila Nova de Cerveira	11030	8666	9181	21,4	-5,9	-2,62	8,56	85
Vila Nova de Famalicão	79250	106508	115010	-34,4	-8,0	9,92	-1,94	570
Vila Nova de Gaia	157357	226331	241636	-43,8	-6,8	6,3	0,47	1415
Vila Verde	42256	44432	44049	-5,1	0,9	8,17	-9,03	194

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1960, 1981, 1991, Estatísticas Demográficas, 1981/1990.

Dados sobre a estrutura industrial do "Noroeste", 1988.

Cncelhos	Rem./Empr	Rem/V.A.B.	FBCF/V.A.B.	FBCF/Empr	V.B.P./Empr	V.A.B./Empr	Emprego	V.A.B.
	Contos/empr	%	%	Contos/empr	Contos/empr	Contos/empr	% Contin.	% Contin.
Agueda	0,725	48,5	30,1	0,450	3,808	1,495	1,45	1,10
Albergaria a Velha	0,845	41,5	11,2	0,227	4,459	2,035	0,25	0,26
Anadia	0,706	37,0	35,4	0,676	4,172	1,908	0,52	0,51
Arouca	0,431	72,1	11,3	0,068	2,173	0,598	0,06	0,02
Aveiro	1,147	39,5	29,1	0,844	9,042	2,905	1,30	1,91
Castelo Paiva	0,692	672,8	29,2	0,030	3,206	0,103	0,07	0,00
Espinho	0,720	58,2	13,5	0,167	3,354	1,238	0,56	0,35
Estarreja	1,566	40,5	8,7	0,337	16,965	3,868	0,47	0,92
Feira	0,675	51,5	19,4	0,254	4,144	1,311	2,82	1,88
Ilhavo	0,908	42,7	23,8	0,505	7,611	2,125	0,60	0,64
Mealhada	0,862	57,4	53,2	0,799	3,416	1,502	0,24	0,18
Murtosa	0,610	66,6	19,3	0,177	3,196	0,917	0,01	0,00
Oliveira de Azemei	0,706	45,6	24,7	0,383	6,674	1,549	1,43	1,13
Oliveira Bairro	0,687	51,0	33,1	0,446	4,028	1,346	0,25	0,17
Ovar	0,907	37,7	13,0	0,312	9,581	2,403	1,14	1,40
S. João da Madeira	0,754	58,7	13,1	0,169	3,661	1,283	1,34	0,87
Sever Vouga	0,768	76,8	57,3	0,573	10,474	1,001	0,22	0,11
Vagos	0,493	57,0	12,5	0,108	2,742	0,866	0,02	0,01
Vale Cambra	0,883	33,7	35,0	0,918	6,602	2,619	0,54	0,72
TOTAL D. Aveiro	0,818	45,3	22,9	0,413	6,028	1,805	13,29	12,20
Amares	0,356	89,4	0,2	0,001	1,392	0,399	0,01	0,00
Barcelos	0,695	62,5	17,9	0,199	3,730	1,113	1,25	0,71
Braga	0,815	65,0	25,7	0,321	3,661	1,253	1,60	1,02
Cabeceiras de Basto	0,564	73,3	2,3	0,017	1,707	0,770	0,02	0,01
Celorico de Bastos	0,288	67,5	8,5	0,036	1,533	0,426	0,01	0,00
Esposende	0,718	46,4	19,3	0,299	5,331	1,549	0,22	0,17
Fafe	0,598	69,1	14,3	0,124	2,312	0,865	0,78	0,34
Guimarães	0,698	51,7	21,6	0,292	3,820	1,349	5,52	3,79
Povoa de Lanhoso	0,845	62,6	10,5	0,141	10,867	1,351	0,02	0,01
Terras de Bouro	0,307	67,6	0,0	0,000	3,208	0,455	0,00	0,00
Vieira do Minho	0,351	99,1	14,9	0,053	1,150	0,354	0,01	0,00
V.N.Famalicão	0,767	52,8	22,6	0,329	4,136	1,452	4,31	3,18
Vila Verde	0,577	54,5	18,7	0,198	2,503	1,059	0,08	0,04
TOTAL D. Braga	0,726	55,0	21,8	0,287	3,824	1,320	13,83	9,28
Amarante	0,498	64,5	6,6	0,051	2,444	0,771	0,13	0,05
Baião	0,457	23,2	30,2	0,597	5,154	1,975	0,01	0,01
Felgueiras	0,615	51,2	16,3	0,196	3,703	1,202	1,05	0,64
Gondomar	0,684	58,5	12,8	0,149	3,256	1,170	1,03	0,61
Lousada	0,603	66,7	15,9	0,143	2,598	0,903	0,38	0,18
Maia	0,951	46,8	4,1	0,083	5,994	2,031	2,89	2,98
Marco de Canavezes	0,602	30,6	16,4	0,322	8,084	1,964	0,19	0,19
Matosinhos	1,078	48,0	13,5	0,303	10,819	2,245	3,35	3,82
Paços Ferreira	0,518	62,4	9,1	0,075	2,572	0,830	0,60	0,25
Paredes	0,481	48,9	20,4	0,201	2,707	0,982	0,56	0,28
Penafiel	0,577	57,8	39,8	0,397	2,873	0,998	0,21	0,11
Porto	0,859	59,9	7,5	0,108	4,254	1,435	4,14	3,02
Póvoa do Varzim	0,639	53,3	21,9	0,262	3,666	1,198	0,42	0,26
Sto Tirso	0,733	59,1	32,5	0,403	3,565	1,240	3,99	2,52
Valongo	0,675	55,7	13,0	0,158	3,600	1,212	0,48	0,30
Vila Conde	0,767	60,2	29,9	0,381	5,818	1,275	1,57	1,02
V.N.Gaia	0,859	51,2	18,0	0,303	4,441	1,680	3,73	3,18
TOTAL D. Porto	0,821	53,2	15,6	0,241	5,180	1,544	24,72	19,40
Arcos de Valdevez	0,504	73,0	3,3	0,023	2,103	0,691	0,01	0,00
Caminha	0,685	59,4	42,5	0,490	6,362	1,153	0,05	0,03
Melgaço	0,676	58,7	5,8	0,067	2,798	1,153	0,01	0,00
Monção	0,404	67,7	11,6	0,069	1,949	0,597	0,02	0,00
Paredes de Coura							0,00	0,00
Ponte da Barca	0,410	46,5	7,2	0,064	2,263	0,883	0,02	0,01
Ponte de Lima	0,635	21,0	24,9	0,751	12,286	3,018	0,04	0,06
Valença	0,623	61,5	21,0	0,212	2,306	1,013	0,11	0,06
Viana do Castelo	1,213	53,5	20,7	0,470	5,859	2,268	0,77	0,89
V.Nova de Cerveira	0,660	61,9	2,5	0,027	2,167	1,066	0,04	0,02
TOTAL D. Viana	1,051	52,6	20,9	0,417	5,422	1,997	1,06	1,07
CONTINENTE	0,915	46,5	18,0	0,354	6,187	1,968	100,00	100,00
Total4 distritos	0,800	51,3	19,2	0,300	5,044	1,560	52,90	41,94
Total AMP	0,882	52,4	12,6	0,213	5,799	1,683	18,16	15,53

Fonte: Estatísticas Industriais, 1988.

Emprego por ramos industriais, relativamente ao total do emprego do Continente, 1988.

	31	32	33	34	35	36	37	38	39	TOTAL
Agueda	0,03	0,33	0,05	0,05	0,01	0,24	0,04	0,67	0,00	1,45
Albergaria a Velha	0,01	0,01	0,04	0,00	0,00	0,03	0,00	0,01	0,00	0,25
Anadia	0,16	0,00	0,06	0,02	0,02	0,21	0,00	0,03	0,00	0,53
Aveiro	0,06	0,00	0,04	0,03	0,02	0,30	0,09	0,42	0,00	1,30
Barcelos	0,04	1,08	0,05	0,01	0,00	0,04	0,00	0,00	0,00	1,22
Braga	0,06	0,46	0,10	0,08	0,06	0,02	0,08	0,70	0,00	1,56
Espinho	0,00	0,28	0,02	0,06	0,12	0,00	0,00	0,02	0,00	0,51
Esposende	0,01	0,18	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,22
Estarreja	0,09	0,00	0,01	0,00	0,28	0,02	0,03	0,00	0,00	0,47
Fafe	0,00	0,72	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,76
Felgueiras	0,02	0,82	0,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,14	0,00	1,01
Gondomar	0,06	0,32	0,17	0,00	0,05	0,00	0,06	0,26	0,02	0,95
Guimarães	0,09	4,89	0,05	0,02	0,08	0,00	0,00	0,32	0,00	5,46
Ílhavo	0,09	0,00	0,03	0,01	0,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,60
Lousada	0,01	0,31	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maia	0,17	1,61	0,08	0,02	0,34	0,03	0,25	0,37	0,00	2,86
Matosinhos	0,54	1,10	0,10	0,08	0,11	0,04	0,10	0,72	0,00	2,80
Murtosa	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,01
Oliveira de Azeméis	0,18	0,74	0,07	0,04	0,08	0,00	0,00	0,25	0,00	1,36
Ovar	0,03	0,45	0,07	0,03	0,06	0,04	0,00	0,35	0,00	1,15
Paços de Ferreira	0,03	0,23	0,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paredes	0,03	0,00	0,46	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,49
Porto	0,33	1,30	0,14	0,96	0,48	0,09	0,07	0,71	0,05	4,14
Póvoa de Varzim	0,09	0,21	0,02	0,01	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,34
S. João da Madeira	0,01	0,88	0,05	0,03	0,19	0,00	0,00	0,09	0,00	1,24
Santo Tirso	0,03	3,30	0,04	0,03	0,04	0,02	0,09	0,12	0,00	3,67
Vale de Cambra	0,10	0,00	0,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,33	0,00	0,50
Valongo	0,04	0,15	0,06	0,03	0,06	0,05	0,00	0,02	0,00	0,41
Viana do Castelo	0,06	0,14	0,05	0,01	0,01	0,08	0,00	0,29	0,00	0,64
Vila da Feira	0,06	0,85	1,28	0,24	0,03	0,15	0,00	0,16	0,01	2,78
Vila do Conde	0,46	0,83	0,06	0,01	0,06	0,00	0,00	0,10	0,00	1,52
Vila Nova de Famalicã	0,16	3,29	0,03	0,01	0,23	0,02	0,01	0,08	0,11	3,94
Vila N. de Gaia	0,18	1,56	0,14	0,22	0,23	0,29	0,05	1,04	0,00	3,72
CONTINENTE	11,67	35,80	6,79	6,44	8,83	7,96	2,68	18,79	0,40	100,00
Total-33 Concelhos*	3,25	26,05	3,68	1,99	2,93	1,67	0,87	7,26	0,19	47,84
AMP	1,88	7,36	0,79	1,38	1,46	0,51	0,52	3,26	0,08	17,24

Fonte: Estatísticas Industriais, 1988

* OS 33 concelhos com maior % de Emprego e VAB dos 4 distritos

RECENSEAMENTO GERAL AGRICOLA - 1989
CARACTERISTICAS GERAIS

ZONA AGRARIA	Nº DE EXPLORACOES AGRICOLAS	AREA TOTAL EXPLORACOES AGRICOLAS (ha)	AREA MEDIA EXPLORACOES AGRICOLAS (ha)	SUPERFICIE AGRICOLA UTILIZADA (ha)	Nº DE BLOCOS COM SAU	Nº MEDIO DE BLOCOS
VALE MINHO	11872	61020	5.23	47883	77688	8.7
VALE LIMA	16977	56888	3.35	38394	97943	5.8
BAIXO CAVADO	8915	28352	3.29	19266	38512	4.3
ALTO CAVADO	8124	38082	4.17	24453	31114	3.4
VALE AVE	14540	74409	5.12	42907	38407	2.8
BASTO	7435	40328	5.42	24813	20544	2.8
TERRAS MAIA	4141	18182	4.39	13225	16568	4.0
GRANDE PORTO	3822	14838	3.88	8408	11588	3.0
VALE SOUSA	11473	47042	4.10	22957	26783	2.2
RIBADOURO	14505	55045	3.79	33097	52792	3.8
AROUCA	8901	28983	3.26	13424	50084	5.8
ENTRE DOURO E MINHO	111505	484133	4.18	289825	461011	4.1

REPARTICAO DA SUPERFICIE AGRICOLA UTILIZADA

ZONA AGRARIA	SUPERFICIE AGRICOLA UTILIZADA	TERRAS ARAVEIS		CULTURAS PERMANENTES		* PRADOS E PASTAGENS PERMANENTES		HORTA FAMILIAR	
	(ha)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
VALE MINHO	47883	15092	32%	2212	6%	30083	63%	288	1%
VALE LIMA	38394	22417	57%	4828	12%	11421	29%	728	2%
BAIXO CAVADO	19266	15748	82%	3039	16%	131	1%	349	2%
ALTO CAVADO	24453	17385	71%	4089	17%	2587	10%	451	2%
VALE AVE	42907	29489	69%	8184	19%	4620	11%	635	1%
BASTO	24813	12175	49%	4204	17%	8140	33%	294	1%
TERRAS MAIA	13225	11949	90%	825	6%	353	3%	88	1%
GRANDE PORTO	8408	6748	80%	1327	16%	209	2%	122	1%
VALE SOUSA	22957	16308	71%	6138	27%	241	1%	269	1%
RIBADOURO	33097	18661	56%	8959	27%	5075	15%	402	1%
AROUCA	13424	10824	79%	1395	10%	1222	9%	183	1%
ENTRE DOURO E MINHO	289825	178578	61%	45180	16%	64072	22%	3817	1%

FONTE: RGA/89

* - A Area de Prados e Pastagens Permanentes aqui mencionada não inclui a Area sob coberto de Culturas Permanentes

PRINCIPAIS CULTURAS TEMPORARIAS
AREA E PORCENTAGEM DA SAU

ZONA AGRARIA	SUPERFICIE AGRICOLA UTILIZADA (ha)	CEREAIS PARA GRAO		MILHO GRAO		LEGUMINOSAS SECAS PARA GRAO		BATATA		CULTURAS HORTICOLAS		CULTURAS FORRAGEIRAS ANJIAS		PRADOS TEMPORARIOS	
		(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
VALE MINHO	47883	7410	15%	6900	14%	2947	6%	1017	2%	81	0.17%	9843	20%	2537	5%
VALE LIMA	38394	12885	33%	11950	30%	5317	13%	1332	3%	191	0.48%	17320	44%	1804	5%
BAIXO CAVADO	19266	5161	27%	4714	24%	1695	9%	2010	10%	711	3.69%	18326	95%	2314	12%
ALTO CAVADO	24453	9413	38%	8707	35%	4203	17%	1034	4%	256	1.05%	14085	58%	1520	6%
VALE AVE	42907	14687	34%	12939	30%	6835	16%	3077	7%	347	0.81%	28603	68%	2991	7%
BASTO	24813	6889	28%	6862	24%	2842	11%	1265	5%	7	0.03%	12029	48%	1452	6%
TERRAS MAIA	13225	1778	13%	1681	13%	214	2%	1625	12%	1069	8.08%	15449	117%	1410	11%
GRANDE PORTO	8408	2515	30%	2352	28%	679	8%	1268	15%	1017	12.10%	5927	71%	593	7%
VALE SOUSA	22957	9043	39%	7778	34%	4180	18%	2498	11%	248	1.07%	16780	73%	1171	6%
RIBADOURO	33097	10788	33%	8218	25%	5222	16%	3184	10%	330	1.00%	14751	45%	1132	3%
AROUCA	13424	6795	43%	5245	39%	2510	19%	973	7%	48	0.36%	10887	81%	299	2%
E.D.M.	289825	86364	30%	76437	26%	36504	13%	19263	7%	4303	1.49%	164800	57%	17203	6%

PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES

ZONA AGRARIA	CULTURAS PERMANENTES (ha)	OLIVAL		VINHA		POMAR		MACIEIRAS		PEREIRAS		LARANJEIRAS		KIWI	
		(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)	(ha)	(%)
VALE MINHO	2212	12	0.54%	2082	93%	94	4%	33	36%	5	6%	4	4%	41	44%
VALE LIMA	4828	431	8.93%	3681	82%	401	8%	148	37%	34	6%	87	17%	30	7%
BAIXO CAVADO	3039	21	0.69%	2903	92%	212	7%	82	43%	23	11%	38	17%	15	7%
ALTO CAVADO	4089	153	3.78%	3181	78%	748	18%	178	24%	32	4%	277	37%	101	14%
VALE AVE	8184	190	2.33%	7205	88%	757	9%	328	43%	84	6%	88	11%	105	14%
BASTO	4204	1005	23.91%	3070	73%	122	3%	27	22%	4	3%	32	28%	3	2%
TERRAS MAIA	825	0	0.00%	817	79%	199	24%	81	31%	24	12%	11	6%	88	43%
GRANDE PORTO	1327	2	0.16%	1002	78%	312	24%	81	28%	43	14%	23	7%	101	32%
VALE SOUSA	6138	20	0.33%	5714	93%	384	6%	144	38%	35	6%	21	6%	108	28%
RIBADOURO	8959	784	8.53%	6878	78%	1214	14%	155	13%	44	4%	184	14%	12	1%
AROUCA	1395	82	4.44%	1214	87%	116	8%	48	40%	20	17%	11	9%	10	8%
ENTRE DOURO E MINHO	45180	2880	6.37%	37807	84%	4598	10%	1291	29%	328	7%	732	16%	611	13%

FONTE: RGA/89

PLANTA PARCIAL DE VIANA DO CASTELO



0 100M

Rio Lima

